

Relatório sub-regional de avaliação das dinâmicas territoriais integradas

PROJETO - " ARTICULAR
PARA INTERVIR III"

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório sub-regional de avaliação das dinâmicas territoriais integradas

Projeto

Articular para Intervir III

Equipa Técnica

Aura Fraga, Sónia Felicidade e João Soares

Data de edição

Junho de 2022

Documentação utilizada: Candidaturas DLBC: ADERE2020, LAGOSCIDADE2020, SILVESCIDADE2020; DLBC Relatório e Avaliação Intercalar 2018; “Pacto Desenvolvimento Local 2030”, 2019, Federação Minha Terra; Relatório Articular para Intervir 2020, Vicentina; Relatório Anual Articular para Intervir 2019, Vicentina; Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional” 2020, Edição: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

.

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento territorial	2
2.1. Caracterização do território sub-regional	2
2.1.1. Caraterização do Território de Intervenção - DLBC ADERE 2020	5
2.1.2. Caraterização do Território de Intervenção - DLBC Lagos Cidade 2020	7
2.1.3. Caraterização do Território de Intervenção - DLBC Silves Cidade 2020	7
3. Estratégia 2014-2020	9
3.1. Objetivos e estratégia GAL 2020	9
3.1.1. DLBC Adere 2020	9
3.1.2. DLBC Lagos Cidade 2020	10
3.1.3. DLBC Silves Cidade 2020	11
3.2. Convergência e Complementaridade com a EIDT ALGARVE	12
4. Avaliação da estratégia Algarve 2014-2020	13
4.1 Metodologia e tipologia de atividades	13
4.1.1. Estudo de benchmarking de melhores práticas	14
4.1.2. Oficina temática local	16
4.1.3. Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário)	17
4.1.4. Questionários a Stakeholders	21
4.1.4.1. Análise dos questionários DLBC Adere 2020	23
4.1.4.2. Análise dos questionários DLBC Silves Cidade 2020	26
4.1.4.3. Análise dos questionários DLBC Lagos Cidade 2020	28
4.1.5. Balanço da implementação da estratégia	31
4.1.6. Modelos de governança territorial – desafios e complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos	34
5. Estratégia Desenvolvimento Regional Algarve 2030	38
5.1. Principais Objetivos políticos / prioritários (OP) da estratégia, para a sub-região	38
5.2. A visão dos stakeholders sobre a estratégia, para a sub-região	40
6. Conclusão	41
7. Anexos	

Índice de figuras:

Figura 1- Logotipo DLBC Adere2020.....	2
Figura 2 Mapa do território de intervenção DLBC ADERE 2020.....	4
Figura 3- Logotipo DLBC Lagos Cidade 2020.....	5
Figura 4- Mapa do território de intervenção DLBC Lagos Cidade 2020.....	7
Figura 5- Logotipo DLBC Silves Cidade 2020.....	7
Figura 6- Mapa do território de intervenção DLBC Silves Cidade 2020.....	9
Figura 5 - Visão Estratégica Algarve 2030.....	38
Figura 6 – Objetivo Político 1: Um Algarve mais inteligente.....	39
Figura 7 – Objetivo Político 2: Um Algarve mais verde e hipocarbónico.....	39
Figura 8 – Objetivo Político 3: Um Algarve mais conectado.....	39
Figura 9 – Objetivo Político 4: Um Algarve mais social.....	39
Figura 10 – Objetivo Político 5: Um Algarve mais próximo das pessoas.....	40

1. Introdução

O projeto “Articular para Intervir”, com o código de projeto ALG-98-5864 – FSE – 000005, é um projeto de concertação estratégica que inclui o desenvolvimento de ações em parceria, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da Região Algarve 2030. O projeto é promovido pela Comissão de Coordenação da Região Algarve (CCDR Algarve) com a participação, por convite às Associações de Desenvolvimento Local (ADL) da Região: Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, INLOCO, Associação de Terras do Baixo Guadiana (ATBG), enquanto agentes descentralizados privilegiados, pela confiança reconhecida por parte dos restantes atores e população regional, com quem trabalham de forma próxima e continuada há várias décadas. O projeto congrega quatro ações específicas: Avaliar, Conhecer e Intervir, Prospetivar e Envolver, que se estruturam de forma faseada, primeiro em escalas sub-regionais coincidentes com os territórios a animar pelas três ADL parceiras, culminando na construção de instrumentos de planeamento e ação de cariz estratégico e prospetivo. A operação “Articular para Intervir III”, corresponde ao desenvolvimento das duas fases anteriores, tendo como foco a promoção para a capacitação para o desenvolvimento regional.

Segundo a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 (pág. 175), cita-se: “Sobretudo nos territórios mais vulneráveis, de baixa densidade, ou com problemáticas sociais relevantes, dever-se-á recuperar a dimensão de animação territorial detida no passado pelas ADL, contribuindo com apoio efetivo e de proximidade, na concretização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e na promoção de dinâmicas inovadoras alinhadas com a competitividade, o empreendedorismo e a empregabilidade, tendo como base a promoção e valorização dos recursos endógenos locais e a dinamização de experiências transversais a esses territórios. As EDL carecem, também, da devida revisitação para procurar responder a essas premissas.” O presente relatório sub-regional, insere-se na ação 1.3. “Avaliação das Ações Territoriais Integradas” do projeto Articular para Intervir e inscreve-se nos objetivos que visam reforçar a capacitação das entidades que integram a parceria, nomeadamente as respetivas equipas técnicas, e contribuir para a capacitação dos stakeholders regionais e das comunidades locais. O relatório visa ainda promover uma avaliação das dinâmicas territoriais integradas e em rede, com base no valor acrescentado do conhecimento das ADL sobre a realidade local, bem como realizar a revisitação de estratégias sub-regionais, em cada território de intervenção das ADL.

O presente documento segue a estrutura proposta pela parceria. Apresenta uma primeira parte introdutória, seguida de caracterização do território, objetivos e prioridades da EDL. Ao longo do documento vão sendo esclarecidos os objetivos, metodologias e é feita uma descrição das ações. Debruça-se sobre contributos da participação da parceria. Apresenta indicadores de resultado em relação às ações, integra e reflete a importância de intervenções complementares e faz uma análise crítica, essencialmente sobre fatores de sucesso e de insucesso para o cumprimento de objetivos da EDL e complementaridades com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT).

Tendo em conta que o ano de 2020, foi fortemente marcado pela crise sanitária decorrente do surto pandémico e dos constrangimentos daí decorrentes, e que a Associação Vicentina não foi exceção, foi necessário operar uma mudança na organizativa para garantir o funcionamento dos projetos em curso, através de procedimentos e metodologias alternativas, nomeadamente através das plataformas digitais.

2. Enquadramento territorial

2.1. Caracterização do território sub-regional

A Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, (ver missão e objetivos anexo 1) é a entidade Gestora de três Grupos de Ação Local (GAL) – Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): DLBC Adere2020, de tipologia Rural e DLBC Lagos Cidade 2020 e DLBC Silves Cidade 2020, estes de tipologia urbana. Os DLBC estão assentes em Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), numa metodologia participada e organizada, constituída por entidades públicas e privadas.

2.1.1. Caracterização do Território de Intervenção - DLBC ADERE 2020



Figura 1- Logotipo DLBC Adere2020

O território ADERE 2020 é constituído por dezanove freguesias, distribuídas por seis concelhos, uma área total de 1454,2 km² e incluiu, à data da candidatura,

58.801 habitantes (Censos, 2011). Segundo os Censos Provisórios 2021, o mesmo território possui 60.201 habitantes (anexo 2), o que representa uma variação populacional intercensitária de 2,4%.

Do ponto de vista da organização territorial, e tal como definido no PROT Algarve, o território encontra-se abrangido pelos seguintes subsistemas: Costa Vicentina, Serra/Barrocal e Litoral, numa estreita faixa das freguesias de Luz, Odiáxere, Mexilhoeira Grande, Alvor e Alcantarilha-Pêra.

O território compreende áreas com diferentes estatutos de proteção, nomeadamente o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, com uma área total de 258 Km², ocupando 17,7% do território. Por outro lado, encontra-se classificado como Sítio de Interesse Comunitário (SIC) e/ou Zona de Proteção Especial (ZPE) no âmbito da Rede Natura 2000, nomeadamente: Costa Sudoeste, Monchique, Ria de Alvor, Arade/Odelouca e Barrocal. Muito relevante é o facto de 58% do território estar abarcado pela Rede Natura 2000, o que é significativo da diversidade e riqueza do seu património natural. O relevo do território é dominado pela existência do sistema montanhoso da Serra de Monchique, o qual atinge nos seus pontos mais altos, Fóia e Picota, 902m e 774m de altitude, respetivamente. A altitude e a localização geográfica da serra são fatores de diferenciação para as regiões envolventes, permitindo a observação de manchas de vegetação únicas e diversas das que ocorrem na envolvente. No que ao restante território diz respeito este é geologicamente dominado por formações derivadas de xistos e grauvaques, nos patamares inferiores aos 300m de altitude, onde os solos são pobres e com pouca capacidade produtiva e com um relevo ainda acentuado.

Por fim, o território estende-se para a sua orla marítima, constituída por formações sedimentares que a oeste termina em abruptas falésias sobre o mar, entrecortadas por pequenos vales onde desaguam numerosos pequenos cursos de água incluídos na bacia hidrográfica do Barlavento, enquanto a sul a altitude decresce uniformemente até algumas praias de significativa extensão. Em termos de hidrografia, o território encontra-se abrangido por duas bacias hidrográficas: Barlavento e Arade. A primeira é caracterizada por um conjunto de pequenos cursos de água de caráter torrencial, enquanto a segunda é dominada pelo rio com o mesmo nome, o qual, apesar do seu caráter permanente, é muito influenciado pelo regime de marés, nomeadamente até perto da cidade de Silves. O território possui importantes reservas estratégicas de água, quer superficiais, quer subterrâneas, nomeadamente os sistemas Arade-Funcho, Odelouca e Bravura, que possuem uma capacidade total de armazenamento de cerca de 269 hm³. A nível subterrâneo é abastecido pelo sistema aquífero Querença-Silves.

O território de intervenção (Figura 2) caracteriza-se quase na sua totalidade por freguesias rurais, sendo a exceção a freguesia de Silves, pelo que o DLBC ADERE 2020

enquadra-se no DLBC Rural. O território apresenta características eminentemente rurais que a parceria considera relevantes explorar e potenciar na perspetiva da abordagem territorializada e “bottom-up” preconizada pelo Desenvolvimento Local de Base Comunitária, dando continuidade às intervenções realizadas no passado, nomeadamente através da implementação no território das iniciativas LEADER II, LEADER+ e do PRODER – Subprograma 3, e teve em linha de conta, de forma maioritária, a classificação como freguesias rurais elaborada pelo Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura.

Relativamente ao território de intervenção de iniciativas passadas, verificam-se alterações que resultam do processo de agregação administrativa de freguesias, como são os casos de Alcantarilha-Pêra e Algoz-Tunes no concelho de Silves, com a adição dos territórios de Pêra e Tunes, e pela classificação de freguesias rurais que não o eram no passado, casos de Luz no concelho de Lagos e Alvor em Portimão.

A parceria ADERE 2020 considera que a definição do território, incluindo as novas freguesias que no passado não foram objeto de intervenção de abordagens com esta filosofia, não o descaracteriza, antes pelo contrário, valoriza-o e qualifica-o numa perspetiva de complementaridade e estabelecimento de novas relações económicas e sociais na perspetiva de complementaridade e estabelecimento de novas relações económicas e sociais.



Figura 2 - Mapa do território de intervenção DLBC ADERE 2020

2.1.2 Caraterização do Território de Intervenção - DLBC Lagos Cidade 2020



Figura 3: Logotipo DLBC Lagos Cidade 2020

O território de incidência do DLBC Urbano LAGOS CIDADE 2020 é constituído pelo perímetro da cidade de Lagos e áreas periurbanas integradas na União de Freguesias de Lagos (Figura 3). A delimitação cartográfica do território obedece aos limites da União de Freguesias de Lagos (anteriores freguesias de Santa Maria e São Sebastião). O DLBC LAGOS CIDADE 2020 abrange uma área de 29,15km² e incluiu, à data da candidatura, 22 095 habitantes (Censos, 2011). Segundo os Censos Provisórios 2021, o mesmo território possui 23 653 habitantes, o que representa uma variação populacional intercensitária de 7,1%.

O T.I localiza-se na Orla Algarvia, inserido na unidade de paisagem litoral sul que contempla arribas escarpadas na zona costeira e a existência de áreas favorecidas pela deposição de partículas arenosas conduzindo à formação de algumas praias de grande extensão, como a Meia Praia. O território é limitado a Norte pela freguesia de Bensafrim e Barão de S. João, a Este pela freguesia de Odiáxere, a Oeste pela freguesia da Luz e a Sul pelo oceano atlântico.

A cidade de Lagos assenta num território constituído por três elevações (colinas), denominadas colina de Santa Maria, colina de S. Sebastião e colina central, entre as quais corriam duas ribeiras, hoje aterradas, a ribeira dos Touros e a ribeira das Naus, ambas desaguando na atual ribeira de Bensafrim. A estrutura urbanística da cidade de Lagos foi modelada pela topografia, pela frente marítima e ocupação humana durante diferentes épocas. A estruturação da cidade em dois núcleos originou o aparecimento de duas áreas urbanas centrais, que administrativamente evoluíram para a constituição de duas freguesias (Santa Maria e S. Sebastião) que constituem desde 2013 a União de Freguesias de Lagos. O Território de Intervenção corresponde a áreas residenciais com uma população total de 10.295 habitantes (2011) e obedece a zonas onde se registam indicadores socioeconómicos de desfavorecimento, pobreza e exclusão social, selecionados por correlação com o indicador AROPE - Rede Europeia Anti Pobreza, no

seu documento Indicadores de Pobreza Dados Europeus e Nacionais, atualizado em março de 2014, adotado no âmbito da estratégia 2020.

As áreas delimitadas correspondem a secções estatísticas (Censos de 2011) que obedecem a pelo menos 1 dos seguintes critérios: Secções estatísticas com pelo menos 20% das famílias com 1 desempregado ou, Secções estatísticas com pelo menos 20% das famílias com 2 ou mais desempregados ou, Secções estatísticas com 50% ou mais indivíduos com escolaridade igual ou inferior ao 9º ano. As secções estatísticas selecionadas delimitam o território de intervenção (Figura 4). O território de intervenção organiza-se em 4 áreas que integram 13 bairros:

- 1) Chinicato - área constituída por diversos bairros, situada na área periurbana da cidade, e que integra o Agrupamento Habitacional do Chinicato, constituído por quatro unidades residenciais;
- 2) Meia Praia - integra 2 núcleos populacionais, com origem no processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) que correspondem ao Bairro 25 de Abril e ao Bairro 1º de Maio;
- 3) Centro Histórico - a área integrada no Centro Histórico de Lagos e inserida na ARU - Área de Reabilitação Urbana de Lagos;
- 4) Bairros - Bairro 28 de Setembro (SAAL); bairro periurbano de habitação económica de promoção pública estatal; Bairro Operário - Conjunto arquitetónico residencial unifamiliar situado junto ao Bairro 28 de Setembro; Bairro dos Pescadores e Bairro 25 de Abril; Bairro Santo Amaro - bairro edificado IGAPHE (ex-Fundo de Fomento à Habitação); Bairro Pró-Habitação (bairro edificado a custos controlados, gerido pela Associação de Moradores Pró-Habitação, sendo toda a área residencial integrada nas áreas habitacionais mais desfavorecidas, de acordo com indicadores os indicadores anteriormente referidos, relacionados com níveis de escolaridade, desemprego e risco de exclusão social.

A parceria territorial LAGOS CIDADE 2020, propôs-se conceber e dinamizar uma estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária com o objetivo de potenciar a atividade social e económica, através da inclusão, da criação de emprego e do estímulo ao empreendedorismo.



Figura 4- Mapa do território de intervenção DLBC Lagos Cidade 2020

2.1.3. Caraterização do Território de Intervenção - DBLC Silves Cidade 2020



Figura 5: Logotipo DLBC Silves Cidade 2020

O DLBC Urbano SILVES CIDADE 2020, tem como sede de concelho o perímetro urbano da cidade Silves, integrado o distrito de Faro, e contava, à data da candidatura de 37 126 habitantes (Censos, 2011), Segundo os Censos Provisórios 2021, o mesmo território possui, 37 776 habitantes, o que representa uma variação populacional intercensitária de 1,8%.

O município, com cerca de 680 km², encontra-se subdividido em seis freguesias: Alcantarilha-Pêra, Algoz-Tunes, Armação de Pêra, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra e Silves. É limitado a norte pelo município de Ourique, a nordeste por Almodôvar, a leste por Loulé, a sueste por Albufeira, a sudoeste por Lagoa, a oeste por Portimão e Monchique, a noroeste por Odemira e a sul é banhado pelo oceano Atlântico. A cidade caracteriza-se pelo seu riquíssimo património e vasta história, podendo encontrar-se aqui alguns dos monumentos mais visitados da região, nomeadamente o seu Castelo e a Sé Catedral.

O Território de Intervenção (Figura 6) corresponde a áreas residenciais com 5733 habitantes. As secções estatísticas que estão na base desta seleção obedecem a indicadores socioeconómicos de desfavorecimento, pobreza e/ou exclusão social que foram selecionados com recurso à sua relação com o indicador AROPE da Rede Europeia Anti Pobreza em Portugal no seu documento: Indicadores de Pobreza - Dados Europeus e Nacionais (março de 2014). As áreas delimitadas e sinalizadas correspondem a secções estatísticas (Censos de 2011) que obedecem pelo menos a 1 dos seguintes critérios: Secções estatísticas com pelo menos 20% das famílias com 1 desempregado, ou Secções estatísticas com pelo menos 20% das famílias com 2 ou mais desempregados, ou Secções estatísticas com 50% ou mais indivíduos com escolaridade igual ou inferior ao 9º ano. As secções estatísticas selecionadas delimitam o território de intervenção e encontram-se identificadas em anexo, o qual faz parte integrante deste documento. Como se pode identificar na figura 4 o território de intervenção organiza-se em cinco áreas residenciais denominadas:

1) Caixa d'Água e Monte Branco;

2) Silves Gare;

3) Enxerim;

4) Centro Histórico;

5) Secções que incluem as escolas, que partilham os indicadores transversais selecionados relativos à sua população residente e que possuem características que evidenciam a sua fragilidade económica e social. Bairro Caixa d'Água e Área do Monte Branco - esta zona integra o bairro social Caixa d'Água construído especificamente para alojar a comunidade proveniente das ex-colónias. A este junta-se a zona do Monte Branco, onde se concentra um núcleo residencial que apresenta indicadores de desfavorecimento. De acordo com informação do Município a média de idades das famílias arrendatárias é de 40 anos, as habilitações literárias predominantes são o 1º ciclo, seguido do 2º ciclo, 20% dos agregados são famílias numerosas (entre os cinco e os oito elementos) e existem 20% das famílias beneficiárias do RSI. Silves Centro Histórico – no Centro Histórico os indicadores sociais obedecem aos indicadores selecionados. Trata-se de uma zona onde predomina a construção antiga, com população envelhecida com baixos recursos económicos e muitos alojamentos desocupados. Nesta zona insere-se o Bairro do Progresso, construído no âmbito do processo SAAL 1975, para alojar famílias carenciadas, e o Bairro J. J. Duarte, construído para casas de renda económica ou de renda resolúvel. Na zona de Silves Gare instalou-se a população de Silves com menores recursos económicos. Por último, a área do Enxerim, constitui um núcleo residencial que pela proximidade já se integra na cidade. Inserem-se nesta zona as antigas casas da aldeia do Enxerim, o Bairro Vermelho/Bairro

SAAL do Enxerim, o Bairro Cooperativo, de construção a custos controlados, e o Bairro Municipal.

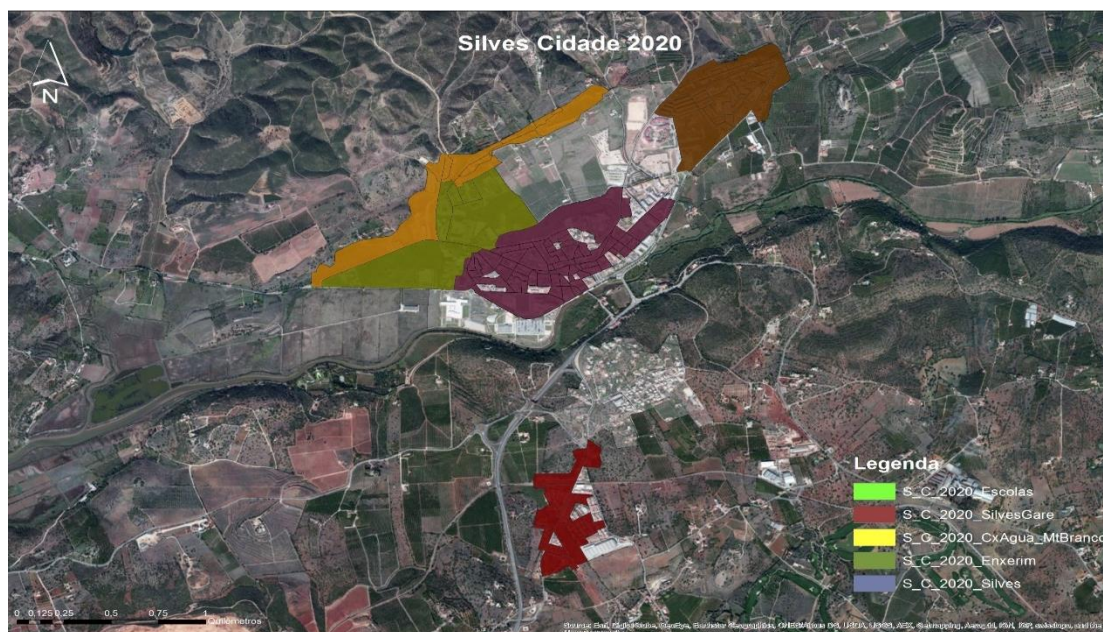


Figura 6 - Mapa do território de intervenção DLBC Silves Cidade 2020

3. Estratégia 2014-2020

3.1. Objetivos e estratégia GAL 2020

3.1.1. DLBC Adere 2020

O objetivo do DLBC Adere 2020 é desenvolver uma cultura de empreendedorismo económico e social, com base no fomento da diversificação, pluriatividade e multifuncionalidade das atividades económicas no território, através da incorporação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais do mesmo. Em suma, pretende-se incentivar o desenvolvimento socioeconómico territorial, através de ações que valorizem e potenciem a utilização dos recursos endógenos de qualidade do território ADERE 2020, com respeito pelos valores ambientais, patrimoniais e culturais. Contudo, importa reforçar este princípio numa lógica de diversificação e multifuncionalidade das funções do território, de forma a promover a criação e/ou fortalecimento de atividades económicas emergentes e complementares, que reforcem o posicionamento estratégico do território nos contextos regional, nacional e europeu.

Objetivos:

- **Linha estratégica macro 1** - Aumentar o número de atores locais que adote, divulgue e promova comportamentos conducentes à valorização do património natural, histórico e cultural;
- **Linha estratégica macro 2** - Aumentar as competências empresariais e técnicas dos produtores agrícolas, agroalimentar, florestais e pecuários;
- **Linha estratégica macro 3** - Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas, agroalimentares, florestais e pecuárias;
- **Linha estratégica macro 4** - Melhorar as condições económicas e sociais da população do território;
- **Linha estratégica macro 5** - Incentivar o desenvolvimento do tecido empresarial do território.

3.1.2. DLBC Lagos Cidade 2020

A estratégia DLBC Lagos Cidade 2020 pretendeu criar dinâmicas de desenvolvimento tendo por base a valorização da identidade e dos valores históricos e culturais da cidade de Lagos, associados aos Descobrimentos e Expansão Marítima, com vista a mobilizar iniciativas conducentes à criação de emprego, empreendedorismo e inclusão social. Em suma, pretende-se incentivar o desenvolvimento socioeconómico da cidade, através de ações que valorizem e potenciem uma cultura empreendedora, com base na rentabilização e valorização dos recursos patrimoniais de assinalável importância e qualidade, associados aos Descobrimentos e Expansão Marítima, numa lógica de intervenção de complementaridade com as restantes atividades da cidade. Contudo, importa reforçar este princípio numa lógica de diversificação das funções tradicionais do património, de forma a promover a criação e/ou fortalecimento de atividades económicas inovadoras, criativas e complementares.

Objetivos:

- **Linha estratégica macro 1.1** - Dinamização do património histórico e cultural, baseada em iniciativas criativas e inovadoras;
- **Linha estratégica macro 2.1** - Aumentar o número de novos cidadãos que residem no centro histórico da cidade de Lagos;
- **Linha estratégica macro 2.2** - Aumentar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos;
- **Linha estratégica macro 3.1** - Promover a identificação da população com o valor patrimonial da cidade de Lagos;

- **Linha estratégica macro 4.1** - Aumentar a atividade empresarial e comercial durante a época baixa;
- **Linha estratégica macro 5.1** - Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário;
- **Linha estratégica macro 6.1** - Diminuir o número de famílias em situação de fragilidade socioeconómica e situações de risco associado ao desemprego.

3.1.3 Silves Cidade 2020

Tendo como pano de fundo que os desafios que configuram como obstáculos relevantes ao desenvolvimento equilibrado da cidade de Silves, foi definida a seguinte estratégia macro de desenvolvimento: “Reestruturar as atividades económicas em torno do património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves, de forma criativa e dinâmica”.

Duma forma resumida, pretende-se incentivar o desenvolvimento socioeconómico do tecido urbano de Silves e áreas adjacentes, promovendo o empreendedorismo e criação de emprego, através de ações que valorizem, potenciem, explorem e utilizem os valores patrimoniais, materiais e imateriais. Por esta via importa reforçar o posicionamento estratégico da cidade nos contextos regional, nacional e europeu.

Objetivos:

- **Linha estratégica macro 1.1.** - Criar novas abordagens de desenvolvimento e dinamização do património histórico e cultural, baseadas na criatividade e inovação;
- **Linha estratégica macro 2.1.** - Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico e cultural da cidade de Silves;
- **Linha estratégica macro 2.2.** - Aumentar a atividade económica no centro histórico e cultural da cidade de Silves;
- **Linha estratégica macro 3.1.** - Aumentar a população residente em idade ativa na cidade de Silves;
- **Linha estratégica macro 4.1.** - Aumentar o número de pessoas qualificadas em turismo cultural e do património;
- **Linha estratégica macro 5.1.** - Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário.

3.2 Convergência e Complementaridade com a EIDT ALGARVE

Para além das matrizes de Convergência e Complementaridade, construídas para os 3 DLBC no âmbito da estratégia de desenvolvimento local com medidas específicas face Prioridades estratégicas e tipologia de projetos, foram definidos outros projetos de valorização dos recursos endógenos do Território de Intervenção (T.I), que estabelecem estreita articulação com os investimentos públicos das autarquias consubstanciados no Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE), contribuindo na perspetiva da parceria para a consecução da mesma. O Plano designado PADRE, apresenta implementação através da AMAL e a sua intervenção é focada no investimento público para alavancar o investimento privado, mobilizado para os TI dos GAL do Algarve. A execução do PADRE é liderada pelas EG dos GAL em parceria com os municípios da Região. Deste modo, destaca-se a capacidade dos GAL na conceção e formalização de candidaturas e, na mobilização de diversos parceiros em projetos e iniciativas desenvolvidas em complemento à EDL, como a Rede Regional de Mercados Locais – RRML, no qual a Vicentina assume o papel de gestão; a Bienal de Turismo de Natureza, também financiada através do PADRE. Sublinha-se ainda o projeto “Lugares de Globalização”, financiado ao abrigo da medida da 6.3. CRESC ALGARVE 2020.

A Rede Regional de Mercados Locais – RRML envolve municípios da região, sendo um projeto que para além da reabilitação física destes mercados prevê uma forte componente de animação e capacitação dos produtores, assim como de promoção dos mercados e da implementação de novas tendências na gestão das produções locais, como sejam os circuitos curtos e o regresso dos consumidores aos mercados locais, inclusivamente pela implementação de novas metodologias na gestão desses mercados. De sublinhar que as EDL foram definidas para incentivar o desenvolvimento socioeconómico territorial, através de ações que valorizem e potenciem a utilização dos recursos endógenos de qualidade do território, com respeito pelos valores ambientais, patrimoniais e culturais, numa lógica de diversificação e multifuncionalidade das funções do território, de forma a promover a criação e/ou fortalecimento de atividades económicas emergentes e complementares, que reforcem o posicionamento estratégico do território nos contextos regional, nacional e europeu. No caso do ADERE 2020, as operações disponíveis ao nível do PDR, são essencialmente focadas no sector agrícola, e as operações disponíveis no CRESC Algarve 2020, focadas no investimento e criação de postos de trabalho. O GAL tem procurado complementar a implementação da EDL recorrendo a outras fontes de financiamento disponíveis. É de referir ainda, que foram aprovadas operações ao abrigo do SI2E que se irão desenvolver nos espaços dos mercados requalificados. Deste modo, e complementarmente no domínio de

intervenção da Vicentina, no que refere à “Animação socioeconómica”, foram abertos concursos a todas as medidas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) no âmbito do ADERE 2020, na realização da avaliação da execução dos dois DLBC Urbanos, bem como na formalização de duas das três candidaturas de Cooperação Transnacional e Interterritorial no âmbito do PDR 2020.

Nota: as matrizes de Convergência e Complementaridade dos três DLBC com a EIDT ALGARVE, encontram-se no anexo 3, 4 e 5.

4. Avaliação da estratégia Algarve 2014-2020

4.1 – Metodologia e tipologia de atividades

O relatório integra uma metodologia realizada em função dos vários objetivos da ação, e tipologia de atividades, de modo a responder às componentes macro do projeto as ações de “Capacitação” e as ações de “Revisitação”. No caso da componente “Capacitação” foram dinamizados os estudos de benchmarking de melhores práticas, bem como oficinas temáticas locais. No que à “Revisitação” respeita foram trabalhados diferentes níveis de análise, um de revisitação da estratégia 2014-2020, e outro no domínio do alinhamento futuro com a Estratégia “Algarve 2030”, pelo que importaram os contributos e perspetivas dos cidadãos/beneficiários de instrumentos de apoio e dos stakeholders sub-regionais internos aos três GAL e organizações externas indissociáveis das dinâmicas locais. Neste contexto, foram definidos dois instrumentos de auscultação, ambos on-line, através da plataforma “*Google Forms*”:

1) Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário): Criação de um Inquérito por questionário, para auscultação dos cidadãos/beneficiários dos instrumentos de financiamento no período 2014-2020 e de para reunião de contributos para a implementação da “Estratégia Regional Algarve 2030”.

2) Questionários a Stakeholders: A realização desta ação adicional revelou-se importante para receção de perspetivas e contributos para a preparação e implementação do próximo período de financiamento da Estratégia Regional e sub-regional “Algarve 2030”.

Em 2020, efetivou-se a plena integração da equipa do projeto e a execução das atividades previstas em parceria e existiu uma participação ativa através de reuniões de parceiros, sendo que a esmagadora maioria das ações foram adaptadas ao contexto pandémico, com atividade realizadas on-line (formato digital) como no caso das ações de boas práticas.

4.1.1 Estudo de benchmarking de melhores práticas

Ação: 1.1 - Capacitação da parceria

Indicador: 1.1.6 - Estudo de benchmarking de melhores práticas

Descrição: Realização de ações de aprofundamento de boas práticas, nacionais e internacionais, para apoiar a parceria na capacitação e na melhoria do desempenho nas temáticas analisadas e a trabalhar. Devido à atual situação pandémica, COVID-19, a Associação Vicentina realizou esta sessão de capacitação, em formato Webinar, através da plataforma Zoom, sendo a principal vantagem deste formato a capacidade de atingir um maior número de participantes. O Webinar com o título “Marketing Territorial: Condições e Desafios de Implementação”, decorreu no dia 10 de dezembro de 2020, com o seguinte programa:

- “Revisitar os fundamentais: o que é e para que serve o Marketing?”;
- “Marketing territorial: pertinência e especificidades”;
- “Marketing-mix territorial: estruturação e operacionalização”;
- “Debate/questões”.

Orador Convidado: João Ferminsson

Biografia: Licenciado em Geografia e Planeamento Regional e Mestre em Gestão do Território, ambos pela Universidade Nova de Lisboa, tem desenvolvido trabalho nos domínios do desenvolvimento local e regional, planeamento urbano e ordenamento do território, gestão autárquica e avaliação de políticas públicas, tendo coordenado ou participando em diversos estudos, planos e projetos para uma gama muito diversificada de entidades públicas e privadas. Também tem trabalhado como consultor, sendo Sócio e consultor sénior da ImproveConsult-Consultoria e Estudos, Lda e anteriormente foi consultor coordenador na Quaternaire Portugal, Gestor de Núcleo de Competência e consultor na Quaternaire Portugal, Gestor de Núcleo de Competências e Consultor na TIS – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, Consultor na CESO I&D – Investigação e Desenvolvimento e por fim, como Técnico Superior na CDR- Agência de Desenvolvimento Regional de Setúbal.

Público-alvo: Parceiros do projeto Articular para Intervir, sendo também dirigido às comunidades locais e Stakeholders regionais e sub-regionais, de modo a promover a transferência de conhecimento para os territórios em torno do conceito e importância do Marketing Territorial. O plano de comunicação da ação foi planeado de forma concertada, de modo a alcançar os diferentes públicos.

A Associação Vicentina, através da plataforma Facebook, criou um evento e várias foram as publicações (posts) efetuadas, com a divulgação de um cartaz enquanto peça de comunicação.

Foi enviado um email a todos os Stakeholders parceiros, anexando o cartaz de divulgação e foi enviada uma nota de imprensa, tendo sido esta divulgada pelos vários meios de comunicação de abrangência regional e sub-regional. A inscrição para participação foi de carácter obrigatório, realizada na plataforma Google Forms. Para a sessão, inscreveram-se 64 pessoas. O número máximo de participantes na sessão, foi de 39 pessoas.

Com o intuito de promover o permanente acesso à visualização, a sessão foi partilhada em Streaming, no Facebook institucional da Associação Vicentina. Primeiramente, as boas-vindas ficaram a cargo da Presidente da Vicentina, Aura Fraga, e de Catarina Cruz, em representação da CCDR-Algarve. O orador, Dr. João Fermisson, apresentou a sua comunicação centrada nos seguintes aspetos:

Os territórios em espaço rural tem perdido cada vez mais população, associada à progressiva substituição das atividades tradicionais e do modelo económico que tem beneficiado as áreas urbanas e litorais.

Com o aumento da competitividade entre os territórios, é necessário apostar em políticas inovadoras que permitam valorizar os recursos endógenos. Neste caso, o marketing territorial é um instrumento que permite ultrapassar os desafios territoriais e de potenciar um desenvolvimento sustentado dos territórios.

Durante a sessão, foi explicitado, que os territórios competem entre si, pela atração e retenção de recursos, diferenciando-se pelos seus atributos e capacidade de respostas às necessidades ou preferências da procura, assim como afirmam-se pela visibilidade e reconhecimento que conseguem obter junto dos mercados.

Mais foi debatido que, para o marketing territorial funcionar, os territórios devem ter consciência do planeamento que integre conceitos como o Marketing-Mix, que abrange 4 variáveis: Produto, Preço, Distribuição e Promoção. O Produto deve consistir na oferta que o território vai disponibilizar, tendo em conta os atributos que definem a oferta territorial disponibilizada ao mercado. O Preço é o custo, ou a vantagem-custo, associado à oferta ou utilização da oferta territorial, que terão de ser suportados pelos clientes. A Distribuição é o modo de colocação e disponibilização da oferta territorial junto do cliente. Por fim, a Promoção é a forma que se comunica a oferta, através dos públicos, canais e conteúdos de comunicação/divulgação da oferta territorial junto do mercado.

No último ponto do programa, foi aberto o debate/questões a todos os participantes, tendo sido colocadas as questões que foram debatidas e respondidas.

A sessão foi positivamente avaliada pelos participantes, com um reconhecimento atribuído à qualidade dos conteúdos apresentados e às capacidades empáticas de gerar debate por parte do orador.

4.1.2 - Capacitação das Comunidades Locais

Ação: 1.4 - Capacitação das Comunidades Locais

Indicador: 1.4.3 - Oficina Temática Local

Descrição: As oficinas temáticas são eventos de capacitação que permitem explorar algumas das temáticas mais pertinentes, com o objetivo duplo de informação e obtenção de novos contributos para incorporar em ações futuras.

Com o propósito de realizar a ação fora dos grandes centros urbanos, foi realizada no dia 11 de novembro de 2019, na sede da Vicentina, com o mote da governança. Além da Vicentina, participaram todos os parceiros do projeto, representados pelos seguintes participantes:

- Aquiles Marreiros, CCDD Algarve;
- Artur Gregório, IN-LOCO;
- Aura Fraga, Vicentina;
- Carlos Albano, Vicentina;
- Ricardo Bernardino, ATBG;
- Rita Soares, CCDD Algarve;
- Sandra Rosário, IN-LOCO.

O programa da oficina temática foi o seguinte:

- Ponto 1: Informações;
- Ponto 2: Balanço da reunião realizada com a CCDD do Alentejo
- Ponto 3: Reprogramação física e financeira: Calendarização de atividades e procedimentos contratuais;
- Ponto 4: Outros assuntos.

Importa destacar que esta ação foi integrada no início das abordagens para o desenvolvimento territorial na forma de Iniciativa Territorial Integrada Algarve – Alentejo (ITI-AA). No conteúdo da oficina foi trabalhado o tema da avaliação e monitorização estreita em ambos os territórios. Como contributo relevante nesta temática, foi indicado o artigo de Paulo Neves sobre a estratégia de desenvolvimento regional do Algarve para 2021-2027, para o Jornal Barlavento, a 27/03/2018, onde é proposto uma ITI entre o Algarve e Alentejo com o objetivo de “ (...) criar massa crítica territorial e populacional,

com homogeneidade cultural e ambiental/económica, que possa fazer conseguir desenvolver-se nas suas especificidades tendo mais recursos próprios que assim vem perdendo definitivamente.”

4.1.3 Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário)

Ação: 1.4.- Capacitação das Comunidades Locais

Indicador: 1.4.6. – Auscultação de Cidadãos

Metodologia de implementação: Ação dirigida aos cidadãos/beneficiários, com carácter de informação e recolha de opiniões, através de contacto pessoal, por email ou nas plataformas, de modo a obter contributos para incorporar no relatório sub-regional (ação/ indicador 1.3.3). A ferramenta de análise e avaliação foi a construção de um inquérito por questionário. A Associação Vicentina participou na construção do inquérito por questionário, primeiramente juntamente com a parceria INLOCO, tendo o mesmo sido posteriormente revisto e nele integrados contributos por parte dos restantes parceiros.

Público-alvo: Candidatos e Beneficiários de fundos FSE e FEDER-Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020 (2014-2020), no caso dos DLBC da gestão da VICENTINA foram integrados os DLBC ADERE 2020, (com exceção dos candidatos/beneficiários a financiamento através do PDR/ Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. – IFAP; DLBC SILVES – CIDADE 2020 e DLBC LAGOS – CIDADE 2020.

A exceção do envio de questionários a Beneficiários de fundos associados ao PDR, deveu-se a indefinições de aplicabilidade do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679, no IFAP.

Objetivos: Avaliar a forma como o candidato / Beneficiário tomou conhecimento e realizou a(s) candidatura(s) e desenvolveu o(s) projeto(s) de investimento(s) a um ou a vários instrumentos de apoio existentes no Algarve no período de 2014 a 2020; perceber qual o impacto desse investimento e a sua relação com o território em que se enquadra; analisar como pode ser percecionado o futuro em termos de instrumentos de financiamento e funcionamento dos órgãos de gestão.

O inquérito por questionário integrou 45 perguntas, distribuídas por sete capítulos: I. Caracterização do/a Inquirido/a e da empresa ou organização; II. Relação com financiamentos comunitários; III. Processo de escolha/ decisão em investir; IV. Relação com o processo; V. Relação do Investidor com o Território, VI. Oportunidades e desafios no desenvolvimento da (região) Algarve e VII. Relação com as entidades do projeto.

O questionário foi lançado na plataforma *Google Forms*, tendo sido o envio e aplicação do mesmo atribuído à CCDR-Algarve.

Face à insuficiência no número de repostas até final de 2020, a parceria avaliou a situação e uniu esforços para aumentar o preenchimento do número de questionários, em função da disponibilização dos meios ao alcance, incluindo informação nas páginas web dos DLBC; *Facebook*, e envio de email para a totalidade dos Beneficiários DLBC Urbanos e no caso do ADERE 2020, só considerar a listagem de promotores com fundos FEDER e FSE (CRESC Algarve).

Após esta deliberação conjunta, foi decidido que cada parceiro empenharia esforços no sentido de reforçar repostas por parte dos cidadãos/ beneficiários, enviando emails aos mesmos, bem como proceder a contactos diretos com promotores. Deste modo, foi enviado um email de pedido de resposta no dia 5 de março 2021 para 104 beneficiários, (CRESC, FEDER/FSE) e foram obtidas 32 respostas (Anexo 6 e 7).

Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através do recurso ao programa Microsoft Excel.

O questionário divide-se de acordo com:

Capítulo I. Caracterização do/a Inquirido/a e da empresa ou organização

Foram 32 respostas obtidas, com uma média de idades situada nos 45 anos, sendo o grupo etário entre os 40-50 anos o mais representativo, (56,3%). Em relação ao género, tem o mesmo similar representatividade. Destaca-se os beneficiários com nível de escolaridade de ensino superior, com 62,5%, sendo esta diferença significativamente superior aos outros graus académicos, só precedida pelo ensino secundário (34,4%).

No que refere à capacidade de resposta por parte da Vicentina, destaca-se o número de respostas “Sempre”, o que corresponde 65,6% das respostas. A Importância atribuída ao apoio técnico por parte das organizações, representa 53% das respostas, com uma avaliação de “Muito Importante”, sendo esta a atribuição máxima possível. Esta avaliação encontra-se em linha com a classificação do apoio, em termos globais, (50%).

Capítulo II. Relação com financiamentos comunitários

A esmagadora maioria dos inquiridos não se tinham candidato a qualquer tipo de investimento antes de 2014, perfazendo 84,4%. No período de 2014-2020, 71,5% tinham apresentado apenas 1 candidatura, 56,3% não tinham sido concluídas e 31,3% tinham apenas concluído uma candidatura. 62,5% referiram não possuir nenhuma candidatura em implementação e 31,3% uma. As empresas são o tipo de

entidade beneficiária ao financiamento mais recorrente (53,1%), com as organizações sem fins lucrativos a representar 9,4% das entidades beneficiárias ao financiamento, sendo que em termos absolutos estes dois tipos de entidades perfazem 20 das 32 respostas. Destas, metade indicaram que dispunham de trabalhadores a tempo inteiro, sendo 1 trabalhador o mais habitual (3 respostas). Os programas de apoio com mais candidaturas apresentadas pelos inquiridos foram os DLBC (Adere 2020, Lagos Cidade e Silves Cidade), geridos pela Vicentina, representado 75,1%.

Capítulo III. Processo de escolha/ decisão em investir

Os inquiridos referiram que obtiveram informação sobre o apoio ao investimento, principalmente, através de iniciativa própria e de informação direta da equipa da entidade gestora do financiamento, ambas com 46,5%. A esmagadora maioria (75%) necessitou de apoio externo para elaboração de candidatura, O apoio externo mais referenciado foi o “apoio técnico” (56,3%) seguido de “consultor” (40,6%). A maioria das respostas (68,8%) expressam que o apoio prestado na formalização da candidatura é imprescindível para o procedimento das candidaturas. Dos inquiridos que recorreram a apoio externo, a maioria classifica o serviço como “satisfeito” ou “muito satisfeito”. Se não tivessem recorrido a apoio ao investimento, a maioria dos inquiridos teria realizado apenas uma parte do investimento ou teria desistido do investimento, com ambas as hipóteses a obterem 40,6%.

Capítulo IV. Relação com o processo

O que refere à carga burocrática do processo, a esmagadora maioria (75%) considerou “razoável”. A maioria dos inquiridos não acedeu ou não utilizou as plataformas de candidatura (Balcão 2020, IFAP ou PDR). Referente ao processo de aprovação de candidatura, a opção mais referida foi “ não tive candidaturas” (40,6%), com “ razoável” e “demorado” a serem as mais referenciadas, entre os inquiridos com candidaturas aprovadas, com 21,5% em ambas. A maioria dos inquiridos à altura do questionário ainda não tinha obtido financiamento (59,4%). De modo a assegurar o financiamento, 34,4% não necessitou de reestruturar antes da submissão de candidatura e 12,5% que precisou de realizar alterações, que implicaram a exclusão do investimento inicial. 31,3% indicaram já terem realizado investimento após terem beneficiado de financiamento. A maioria dos inquiridos (68,6%) considera que o investimento na sua atividade económica é “muito importante”. Em termos globais, sobre a Vicentina, a esmagadora maioria (84,4%) considerou o apoio prestado “ importante” ou “ muito importante”. 81,2% classificou como “ importante” e “muito importante” o apoio técnico

prestado para ultrapassar dificuldades e 65,6% que “sempre” foi garantido uma resposta às questões colocadas. Os beneficiários referem que as organizações, neste caso a Vicentina, com o propósito de melhorar o acesso aos apoios ao investimento, devem apostar na divulgação e prestar um maior apoio durante o processo de candidatura. Foram apontados outros argumentos, mas que ultrapassam as competências das organizações em causa, como o aproveitamento e logísticas das plataformas utilizadas para a receção das candidaturas.

Capítulo V. Relação do Investidor com o Território

96,9% dos inquiridos considera que o seu projeto foi/é importante para a região/freguesia/concelho. Os principais contributos dos projetos são a “criação de postos de trabalho” (50%) e o reforço da economia local (31,3%). Em relação a voltar a investir no território, a maioria (68,8%) assinalou que pretende voltar a investir no território e os restantes (32,2%) a indicarem “não saber”. As áreas de investimento que apresentam uma maior atração são o “Alojamento, Restauração e Similares”, “Agricultura, Produção animal, Caça, Floresta e Pesca” e “Atividades artísticas, de espetáculos, Desportivas e Recreativas”, com 31,3%, 28,1% e 25% respetivamente. No entanto, mesmo com a situação pandémica emergente, metade dos inquiridos (50%) assinalaram que mantiveram o investimento inicialmente pensado, com “A alteração de processos de trabalho” e “A diminuição do investimento inicialmente pensado” também a destacarem-se entre as restantes, com 21,5% e 18,8% respetivamente. De forma a minimizar os impactos causados pela pandemia, a esmagadora maioria mencionou que o Estado/Autarquias deverá investir no “Apoio ao Emprego” e em “Novas medidas de apoio no Investimento” (87,5% e 75% respetivamente). A pandemia acabou por expor de forma particularmente visível a fraca sustentabilidade da região.

Capítulo VI. Oportunidades e desafios no desenvolvimento do Algarve

Para os inquiridos, as prioridades para o Algarve para a próxima década, prendem-se sobretudo com a diversificação económica na região, sendo este o tema a concentrar mais de metade das respostas obtidas. O turismo destaca-se nas prioridades referidas, seguido dos setores agrícola e do cultural.

As respostas foram trabalhadas segundo temáticas, tendo sido estas definidas em função do número de respostas que são dadas. Importa referir que as prioridades apresentadas pelos inquiridos resultam de desafios e problemas estruturais já amplamente reconhecidos e identificados na região, incluindo no atual documento estratégico.

Capítulo VII. Relação com as entidades do projeto

No que se refere à Associação Vicentina, a esmagadora maioria (87,5%) tem conhecimento do trabalho desenvolvido e 90,6% considera que a sua intervenção na dinamização do território é “Importante” ou “Muito Importante”.

4.1.4 – Inquirição aos Stakeholders dos DLBC “Adere 2020”, “Lagos Cidade 2020” e “Silves Cidade 2020

Ação: 1.2 – Capacitação dos stakeholders

Indicador: 1.2.2 – Inquirição aos stakeholders

Metodologia de implementação: No âmbito da auscultação aos Stakeholders, e para reforçar a sua posição privilegiada junto dos stakeholders, a Vicentina realizou uma ação complementar ainda na fase “Avaliar”, com o propósito de realizar uma auscultação a todos os parceiros (Anexo 8 e 9), tanto a nível regional, sub-regional e local que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária): “Adere 2020”; “Lagos Cidade 2020”; e “Silves Cidade 2020, bem como a outros parceiros sectoriais que intervêm nas dinâmicas de desenvolvimento local, de modo a avaliarem os pontos essenciais, as dinâmicas territoriais e a perceção e contributos para o futuro da região, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

Objetivos: Potenciar um maior envolvimento, das parcerias na avaliação e revisitação da estratégia, estreitando formas de atuação nos diferentes campos e competências das instituições a envolver, propiciando uma maior visibilidade e mobilização institucional conjunta preferencial para os territórios de incidência; envolvimento dos “Stakeholders” na avaliação das dinâmicas territoriais.

Aumentar a perceção e contributos para o futuro da região, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Regional “Algarve 2030” e a avaliação das dinâmicas territoriais integradas, em particular do território sub-regional onde a Associação Vicentina intervêm. Sendo ainda importante o alinhamento com a estratégia 2030 para o próximo período de programação, pelo que se sublinha o objetivo de contribuir para o reforço do papel dos atores através da perceção e contributos para o futuro da região no âmbito da estratégia de Desenvolvimento Regional “Algarve 2030”, com foco nos objetivos prioritários/políticos (OP): (i) um Algarve mais inteligente; (ii) um Algarve mais verde e hipocarbónico, (iii) um Algarve mais conectado, (iv) um Algarve mais social; e (v) um Algarve mais próximo das pessoas a que a Estratégia de Desenvolvimento Regional “Algarve 2030”, e nos objetivos específicos, como “linhas de força” para cada OP.

Parte I – Revisitação da estratégia 2014-2020:

Com o intuito de realizar a revisitação de estratégias, solicitou-se aos stakeholders uma avaliação dos pontos essenciais do diagnóstico da situação de referência do território de intervenção assenta na análise SWOT que se apresentaram “pontos fortes”, os “pontos fracos”, as “oportunidades” e as “ameaças” e que serviram de base para a definição das EDL. Foram também integradas as linhas das estratégias macro de desenvolvimento local (EDL) dos três DLBC 2014-2020, para a avaliação do grau de relevância na atualidade.

Parte II- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

Numa perspetiva de identificar o potencial alinhamento com os cinco Objetivos prioritários/políticos (OP) a que a Estratégia de Desenvolvimento Regional “Algarve 2030”, e tendo em conta as “linhas de força”, foi conferido um grau de relevância entre 1 e 5 às esmas, em que o grau 1 corresponde a “Pouco Importante” e o grau 5 a “Muito Importante”, com a exceção dos indicadores “ Ameaças” e “Pontos Fracos”. Nestes, o grau de relevância mantém-se o mesmo, alterando o seu nível de relevância, sendo que o grau 1 refere-se a “ Pouco Preocupante” e o grau 5 a “Muito Preocupante”.

No processo de recolha de dados, foi utilizado a plataforma *Google Forms* para estruturação e preenchimento dos inquéritos realizados, sendo posteriormente enviado por email a todos os stakeholders no dia 12 de fevereiro de 2021.

No dia 26, do mesmo mês, de 2021, foi enviado um email de reforço de resposta aos que não tinham efetuado o preenchimento do mesmo. Para otimizar o número de respostas ao inquérito, contactou-se por via telefónica todos os stakeholders em falta, entre os dias 3 e 5 de março de 2021.

O município de Lagoa e juntas de freguesia deste concelho, foram integrados posteriormente, tendo em conta sinergias e o histórico existente enquanto parceiros nas dinâmicas locais de desenvolvimento com a Vicentina. Para isso, foi enviado um email com convite no dia 5 de março e contactados telefonicamente nos dias 9 e 10 de março. Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através do recurso ao programa Microsoft Excel.

Sumário da análise de inquéritos por questionário

Foram endereçados convites a um número total de 77 Stakeholders, sendo que vários são os Stakeholders que integram mais do que um DLBC.

Em relação ao DLBC ADERE2020, foram obtidas 41 respostas, o que corresponde a 53,2% do universo total dos Stakeholders (76). No que refere ao DLBC SILVES CIDADE 2020, foram obtidas 10 respostas, o que corresponde a 76,9% do universo total dos

Stakeholders (13). Para o DLBC LAGOS CIDADE 2020, foram obtidas 9 respostas, o que corresponde a 64,2% do Universo total dos Stakeholders (14) (Anexo 10, 11, 12). Os questionários correspondentes encontram-se no anexo 13.

4.1.4.1. Análise dos questionários DLBC Adere 2020

Oportunidades

Em relação às “Oportunidades” listadas, de um modo geral, os stakeholders assinalaram que as oportunidades elencadas na análise swot para o DLBC ADERE2020 continuam atuais. Sendo de ressaltar a atribuição do grau 5 pela maioria dos stakeholders em 4 “oportunidades”, em que a 3 – “Reconhecimento da potencialidade do turismo de natureza por parte dos atores regionais” se destacou das restantes, com 73,2%. Este é um indicativo de enorme relevância para o turismo de natureza e para a valorização das potencialidades do mesmo nesta sub-região.

Ameaças

Nas “Ameaças” elencadas, verifica-se alguma falta de unanimidade nas respostas, em que os stakeholders se distribuem pelos diferentes graus de relevância. Esta é uma observação mais evidenciada principalmente nas “Ameaças”: 1- “Atuação das autoridades regionais focalizada nas atividades do turismo de sol e praia e no litoral”; 3- “Pouca valorização do mercado pela produção biológica e de outros métodos” e 6 – “Falta de relacionamento entre os diferentes atores regionais”.

Verifica-se uma vincada relação entre a “Oportunidade” 3 – “Reconhecimento da potencialidade do turismo de natureza por parte dos atores regionais”, com 73% dos inquiridos a avaliar com um grau de relevância 5 e “a Ameaça” 4- “Pouca iniciativa de promoção do território como destino de turismo de natureza”, com a junção de 78% dos inquiridos que atribuem grau 4 e 5. Deste modo, o Turismo de Natureza é visto como uma oportunidade de desenvolvimento do território, mas que poderá estar condicionada pela pouca iniciativa de promoção.

Por outro lado, verifica-se elevada concordância entre os stakeholders, nomeadamente nas “Ameaças” 5 e 8, com a maioria a considerar estas como “muito preocupante” (grau 5). De acordo com os resultados obtidos, podemos inferir que não existe consenso nas respostas face às questões sobre os temas “sazonalidade”, “produção biológica” e “governança”, realçando os stakeholders diferentes prioridades conforme o seu setor de atividade. Por outro lado, as “ameaças” potenciadas pelo aumento das autocaravanas e o risco de incêndio são transversais em termos de relevância, com uma combinação entre o grau 4 e o 5, próxima dos 90%.

Pontos Fortes

Relativamente aos “Pontos fortes”, os stakeholders, de uma maneira geral, indicaram que estes mantêm a sua pertinência no território de intervenção do GAL. O “Ponto forte” 3, foi a que relevou a maior divisão de respostas entre os stakeholders, com a soma da atribuição do grau 2 e o 3 a obter mais de 20% do total.

Esta constatação pode indicar que as condicionantes implícitas aos estatutos de proteção territorial, estão na base desta incidência de respostas por parte dos stakeholders, que representam vários sectores de atividade.

A esmagadora maioria dos inquiridos atribuiu como “muito importante” (grau 5) aos “pontos fortes” 5 – “Reconhecimento nacional da qualidade ambiental e paisagística da Costa Vicentina”, 7- “Condições favoráveis à produção de energias renováveis”, 8 – “Autenticidade e exclusividade de alguns produtos locais” e 10 – “Excelentes condições climáticas e naturais para as atividades de turismo de natureza e desportivas”. Estes relacionam-se com as potencialidades e características do território, reforçando a posição dos stakeholders.

Pontos Fracos

Tal como nas “Ameaças”, os “Pontos fracos” apresentam um menor nível de consenso entre os inquiridos, quando comparados as “Oportunidades” e “Pontos fortes”, apresentando a atribuição do grau 3 uma maior relevância. Destaca-se o 1, 13 e o 14, onde os inquiridos mais atribuem o grau 3. Acrescendo que neste último a atribuição de respostas de grau 4 e 5 é similar (34%).

No entanto, o “Ponto fraco” 5, foi a que reuniu um maior consenso entre os inquiridos, com a esmagadora maioria a atribuírem o grau 5 (70,7%), destacando-se assim, que este continua a ser um dos principais desafios do território.

Linhas Estratégicas

No que concerne às linhas estratégicas projetadas constata-se que estas continuam a manter um manifesto grau de relevância, com a maioria das respostas dos stakeholders a concentrarem-se entre os graus 4 e 5. Neste aspeto, destaca-se a “linha estratégica” 4 – “melhorar as condições económicas e sociais da população do território” perfazendo a mesma, mais de 70% no grau 4 e a 5 – “Incentivar o desenvolvimento do tecido empresarial do território” com mais de 50 pp com grau 5. Evidenciando-se deste modo, a necessidade de continuar a investir na melhoria das condições económicas e sociais do território de intervenção do GAL.

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

Relativamente ao objetivo prioritário/político 1 (OP1), verifica-se que a esmagadora maioria considera este OP de elevada importância, situando-se de uma forma muito generalizada a atribuição de grau de relevância entre o grau 4 e o 5. Com exceção da primeira “linha de força”, todas as outras obtiveram mais de 50% no grau 5. Estes resultados indicam um potencial elevado com o alinhamento com estas “linha de força”, para a estratégia 2030.

OP2 – Um Algarve mais verde e hipocarbónico

No objetivo prioritário/político 2 (OP2), os stakeholders indicaram a necessidade de apostar em medidas de mitigação das alterações climáticas, como em medidas de adaptação. Não existindo respostas de grau 1 e 2. De um modo geral, as respostas dos stakeholders concentram-se entre o grau 4 e 5 de relevância, com a “linha de força” 2 e 3, em maior destaque. De referir que a “linha de força” 3 é a única que reúne respostas de grau 4 e 5. O grau 5 reúne mais de 60% das respostas nestas “linhas de força”, reforçando a importância de aumentar a resiliência territorial aos novos desafios climáticos, a preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais e fomentar a economia circular.

OP3 – Um algarve mais conectado

No que se refere ao objetivo prioritário/político 3 (OP3) da estratégia 2030 para o Algarve, as respostas realçam a importância de um território mais conectado, tanto a nível da mobilidade como das TIC. Nas “linhas de força” 2 e 3, as respostas dividem-se exclusivamente entre o grau 4 e 5, com a última (3) a obter 80,5% com atribuição de grau 5. Tal demonstra que junto dos stakeholders existe um indiscutível consenso no aproveitamento do reconhecimento da marca Algarve para a inserção de escalas macro de mercados.

OP4 – Um Algarve mais social

As respostas obtidas no objetivo prioritário/político 4 (OP4) revelam que os stakeholders consideram que é necessário apostar em uma estratégia social no território, ancorada no mercado de trabalho e na proteção e inclusão social. Isto observa-se principalmente nas “linhas de força” 2, 4 e 5, com a maioria dos inquiridos a atribuírem o grau 5, destacando-se a “linha de força” 4, com a obtenção de grau 5 por parte de 63,4%.

OP5 – Um Algarve mais próximo das pessoas

No que concerne ao objetivo prioritário/político 5 (OP5), observa-se que o desenvolvimento sustentável e novas formas de governança do território de intervenção são questões relevantes para o desenvolvimento do mesmo por parte dos stakeholders, com a maior parte a apontarem os graus de relevância 4 e 5 como respostas. É de realçar que a “linha de força” 2 foi a que obteve o maior número de respostas no grau 5, reforçando assim a ideia dos stakeholders na afirmação do desenvolvimento regional a partir do território, das pessoas e dos recursos endógenos, com 58,5%.

4.1.4.2. Análise dos questionários DLBC Silves Cidade 2020

Oportunidades

Em relação às “Oportunidades”, de um modo geral, os stakeholders assinalaram que as oportunidades elencadas na análise swot para o DLBC SILVES CIDADE2020 continuam atuais. A esmagadora maioria dos inquiridos indicou o grau de relevância 4 e 5 em todas as “Oportunidades”, o que expressa a contínua necessidade de apostar na diversificação das atividades, na existência de infraestruturas e na valorização do património material e imaterial no território de intervenção.

Ameaças

Nas “Ameaças”, a avaliação realizada pelos stakeholders revela a sua atualidade, sendo de sublinhar que a maioria das respostas se situa entre o grau de relevância grau 4 e 5. Estas “Ameaças” relacionam-se com questões sociais e económicas, expressando a preocupação entre os stakeholders.

Pontos Fortes

Relativamente aos “Pontos fortes”, a maioria das respostas dos inquiridos concentram-se nos graus 4 e 5, com os “pontos fortes” 4 e 5 a destacarem-se dos restantes. Verificando-se uma esmagadora maioria das respostas (entre 80 e 90%) direcionadas para o grau 5, demonstrando a relevância representativa do património histórico e cultural no território de intervenção.

Pontos Fracos

Tal como nas “Ameaças”, a posição dos stakeholders, na grande maioria, situa a relevância dos “Pontos Fracos” entre os graus 4 e 5, revelando a pertinência dos mesmos enquanto condicionantes para o desenvolvimento do território. É de salientar o “Ponto Fraco” 2- “Inexistência de incubadoras de empresas”, com respostas a dividirem-se entre o grau 3 e o grau 5, com o grau 3 correspondendo a 30%.

Linhas Estratégicas

No que se refere às linhas estratégicas de desenvolvimento projetadas para este DLBC, constata-se que estas ainda são atuais para o território, com a maioria dos inquiridos a indicarem o grau de relevância 4 e 5. Verifica-se que as “linhas estratégicas” 3 e 4, relacionadas com o aumento da atividade económica no centro histórico e da população residente em idade ativa, foram as que se destacaram, com a maior parte dos inquiridos, entre os 60 e 70% a conferirem um grau 5, realçando a importância destas linhas estratégicas.

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

Referente ao objetivo prioritário/político 1 (OP1), as respostas obtidas por parte dos stakeholders coincidem com a visão deste objetivo político, com a aposta na inovação e na digitalização do território, tornando-o mais inteligente. Em todas as “linhas de força”, com exceção da 3 (com 1 resposta), as respostas centraram-se entre uma relevância de grau 4 e 5, perfazendo entre os 90 e os 100% em cada “Linha de força”.

OP2 – Um Algarve mais verde e hipocarbónico

No objetivo prioritário/político 2 (OP2), para todas as “linhas de força”, as respostas dos stakeholders convergiram entre o grau 4 e 5, reforçando a necessidade de tornar o território mais sustentável e a criação de medidas de mitigação das alterações climáticas.

OP3 – Um algarve mais conectado

No que toca ao objetivo prioritário/político 3 (OP3), a esmagadora maioria dos stakeholders sinalizou esta política com a atribuição de grau 4 e 5, entre os 90 e os 100 % em cada uma das “linhas de força”, manifestando deste modo que é necessário tornar o território mais conectado, tanto a nível da mobilidade como das TIC, fortalecendo deste modo a atratividade do território.

OP4 – Um Algarve mais social

Relativamente ao objetivo prioritário/político 4 (OP4), as respostas dos stakeholders revelam uma unanimidade muito centrada na importância de uma estratégia concentrada no social, com a totalidade dos stakeholders a atribuírem o grau 4 e 5 em todas as “linhas de força”. Destaca-se a 5, que incide sobre investir na qualidade do

emprego, na qual o grau 5 adquiriu 70%, fortalecendo assim uma posição por parte dos parceiros na melhoria das condições de trabalho e do mercado de trabalho.

OP5- Um Algarve próximo das pessoas

No que concerne ao objetivo político/político 5 (OP5), as respostas dos stakeholders foram mais diversificadas, sendo que em nenhuma “linha de força” o grau 5 atingiu mais de 50%, perfazendo entre os 20 e os 40% em cada uma. A “linha de força” 4 foi a que atingiu os resultados mais díspares, em termos de distribuição de graus de relevância.

4.1.4.3. Análise dos questionários DLBC Lagos Cidade 2020

Oportunidades

Em relação às “Oportunidades” listadas, de um modo geral, os stakeholders assinalaram que as oportunidades elencadas na análise swot para o DLBC LAGOS CIDADE2020 mantêm a sua atualidade, sendo que a grande maioria dos inquiridos as associou a graus de relevância 4 e 5. De referir, que a “Oportunidade” 4 destacou-se em relação às restantes, perfazendo 77,8% na atribuição do grau 5, relevando a pertinência da existência de estratégias para a dinamização histórico e cultural.

Ameaças

Nas “Ameaças”, a avaliação efetuada pelos inquiridos revela que é mantida a sua atualidade. No entanto, as respostas dadas pelos stakeholders inquiridos são variadas, centrando-se as mesmas principalmente entre os graus 3 e o 5. Salienta-se, no entanto, que na “ameaça” 1, os graus 2 e 3, juntos, atingem 33,3% das respostas. Na “Ameaça” 4 é o grau 5 que obtém maior relevância com 55,6%, e o grau 3 alcança 22,2%, indicando assim que não existe consenso entre os stakeholders sobre estas “Ameaças”.

Pontos Fortes

Relativamente aos “Pontos fortes”, os stakeholders manifestaram o quanto ainda são significativos para o território, atribuindo na totalidade das suas respostas uma relevância de grau 4 e o grau 5. No “ponto forte” 1 foi onde o grau 5 foi indicado mais vezes, concentrando 77,8%. Destacando-se, assim a importância do património histórico e cultural como uma das valias deste DLBC.

Pontos Fracos

No que diz respeito aos “Pontos fracos” elencados, constata-se que a opinião dos stakeholders não é uniforme, variando os “Pontos Fracos”. Os “Pontos Fracos” 1 e o 5 foram os que obtiveram menor consenso entre os inquiridos, com as respostas a oscilarem entre o grau 3 e o grau 5, sendo que o grau 3 obteve em ambas 22,2%. Por outro lado, o “Ponto Fraco” 4 foi o que alcançou maior unanimidade entre os inquiridos, com a atribuição do grau 5 a alcançar 77,8%, indicando esta como uma problemática, que continua a ser uma condicionante no desenvolvimento deste DLBC.

Linhas Estratégicas

Verifica-se que as linhas estratégicas encontram uma atualidade bastante expressiva junto dos stakeholders do território, com a esmagadora maioria dos stakeholders a indicarem o grau 4 e 5. As linhas estratégicas 1, 6 e 7, foram as que reuniram maior unanimidade, com o grau mais elevado a alcançar 77,8%, realçando deste modo, a importância de apostar em estratégias direcionadas para o património histórico e cultural e também para questões sociais, como o abandono escolar e a fragilidade socioeconómica das famílias.

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

Relativamente ao objetivo prioritário/político 1 (OP1), as opiniões dos stakeholders são unânimes em acompanhar a visão de tornar o território mais inteligente, com a totalidade a atribuir o grau 4 e o grau 5 em todas as “linhas de força”. Destaca-se a “linha de força” 2 com 77,8% dos inquiridos a atribuírem o grau 5, salientando que se deve reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento, apostando na inovação e digitalização.

OP2 – Um Algarve mais verde e hipocarbónico

O objetivo prioritário/político 2 (OP2), segue a orientação do objetivo anterior, ou seja, os stakeholders concordam com a perspetiva do objetivo prioritário/político 2, que apresenta o propósito de tornar o território mais sustentável e menos suscetível às alterações climáticas. Em todas as “linhas de força”, as respostas indicadas variam entre o grau 4 e o grau 5, evidenciando-se a 1 e a 2, onde o grau 5 atinge os 77,8%.

OP3- Um Algarve mais conectado

No que se refere ao objetivo político 3 (OP3), as respostas obtidas pelos inquiridos não reúnem consenso entre os graus atribuídos. Este facto torna-se mais perceptível em relação à “linha de força” 1, com as respostas fixadas entre o grau 3 e o grau 5. Nas “linhas de força” 2 e 3 as respostas foram mais semelhantes, com a última (3) a reunir 55,6% no grau 5, demonstrando deste modo qual a posição dos stakeholders associada ao aproveitamento da marca Algarve para o aumento da conectividade com o exterior.

OP4 – Um Algarve mais social

No objetivo prioritário/político 4 (OP4), verifica-se que os stakeholders concordam com as “linhas de força” apresentadas, cujo propósito é tornar o território “mais social”, com a maioria das respostas a concentrarem-se entre o grau 4 e o grau 5. As “linhas de força”, 4 e 5 foram apontadas como as mais relevantes, obtendo entre 66,7 e 77,8% o grau de relevância 5. Torna-se assim evidente a visão dos inquiridos sobre o mercado de trabalho e a necessária melhoria das condições de trabalho, potenciando os fatores de atratividade e a qualidade no emprego.

OP5 – Um Algarve próximo das pessoas

No que concerne ao objetivo prioritário/político 5 (OP5), a posição dos stakeholders é de concordância, apurando-se assim que a esmagadora maioria assinalou o grau 4 e o grau 5 em todas as “linhas de força”. As “linhas de força” 2 e 3, foram as que mais se destacaram, com ambas a obterem 55,6% no grau 5. Estes resultados refletem uma visão muito alinhada com a necessidade de valorização dos recursos endógenos.

Questão aberta

Para além das “linhas de força” estabelecidas nos 5 OP, foi integrada a questão aberta *“além das “linhas de força” estabelecidas nos 5 OP (objetivos políticos/prioritários) que direcionam o desenvolvimento da região na próxima década, que outras apresentaria?”*

DLBC ADERE 2020	
“ Definir um plano operacional, com medidas específicas dentro do sector cultural e atividades criativas, em estreita ligação com vários outros sectores e domínios, de modo a criar emprego em variadíssimas áreas”;	
“ A criação de uma autêntica regionalização”;	
“ Ajuda á população local, principalmente em campos agrícolas, etc”;	
“ Melhorar as vias de comunicação (estradas) do Algarve Central com os concelhos da periferia, especialmente com os concelhos da costa vicentina”;	

“ Uma boa articulação também com outros agentes, como culturais, de administração autárquica e associativos de áreas diversas”;

“ Inovação tecnológica e pecuária”.

DLBC SILVES CIDADE2020

“ Uma verdadeira regionalização, com interesses de desenvolvimento económico e social e sem interesses políticos ou partidários”;

Tabela 6 – Respostas facultadas nos três DLBC

DLBC LAGOS CIDADE2020

“Criar um Plano Operacional, com medidas específicas, para o sector da cultura e atividades criativas, em estreita ligação com vários domínios e outros sectores de atividade de modo a criar emprego nas mais variadíssimas áreas profissionais e de incentivo à captação de empreendedores.”

4.1.5. Balanço da implementação da estratégia

DLBC Adere2020

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) ADERE 2020 visou “Desenvolver uma cultura de empreendedorismo económico e social, com base no fomento da diversificação, pluriatividade e multifuncionalidade das atividades económicas, através da incorporação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais do território”. O Grupo de Ação Local ADERE 2020 através da entidade gestora considerou que a estratégia preconizada foi e é uma estratégia com potencial para contribuir para a revitalização dos territórios rurais em que se insere. O caminho preconizado afigura-se como o melhor caminho para um território com as características do território ADERE 2020, tendo vindo a apresentar resultados ao longo dos últimos períodos de programação, no sentido da dinamização de novas atividades económicas e à afirmação e consolidação de atividades tradicionais.

No entanto é importante referir que as medidas que visam a operacionalização da EDL traduziram-se num “afunilamento” desta, restringindo grandemente as possibilidades de enquadramento das intenções e ideias de projetos, centrando-se (quase) exclusivamente em medidas de apoio aos agricultores e explorações agrícolas, e aquelas que não o são apresentam limitações quer em termos de total de investimento, querem termos de requisitos de elegibilidade que têm contribuído para originar dificuldades operacionais na implementação da EDL. Nesse sentido é de relevar que são os objetivos específicos “1 – Aumentar a produtividade e/ou a rentabilidade económica de pelo menos 1,5 % das explorações agrícolas, unidades agroalimentares,

florestais e pecuárias” e “3 – Dinamizar o tecido económico e empresarial do território, com base nos recursos endógenos, através da realização de pelo menos 20 projetos de investimento” os que são efetivamente mobilizados, com as medidas disponíveis, sejam elas FEADER, FEDER e FSE.

O entendimento que presidiu à elaboração da estratégia, foi mais abrangente do que as medidas disponíveis. Considera-se ainda que a estratégia tem, na ótica da VICENTINA, total atualidade mantendo-se alinhada com os pressupostos que estiveram na sua génese e é a ausência de medidas e instrumentos de política de apoio que impedem a sua prossecução. A lógica que imperou no desenho da EDL traduziu-se numa estratégia muito mais abrangente e com objetivos e linhas de ação que extravasavam o previsto em termos de medidas e meios financeiros colocados ao dispor das EDL, quer por via do FEADER, quer por via do FEDER e do FSE. A lógica subjacente privilegiou a definição de um conjunto de objetivos e linhas de ação, para as quais não estavam linearmente definidos os instrumentos de política que financiassem as mesmas, embora na maioria dos casos tenha sido realizada a identificação das possibilidades face ao quadro vigente. É de salientar que nem todos os mecanismos conducentes à boa execução da EDL definida, nomeadamente aqueles com os quais se deveria articular, estavam a ser trabalhados com a mesma velocidade, como veio a ser o caso do Plano de ação de desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE) ou o instrumento que veio a materializar as operações financiadas pelo FEDER e FSE. Refere-se o instrumento SI2E na ausência de quaisquer outros instrumentos que contribuíssem para os objetivos e as linhas de ação definidas, nomeadamente no que concerne ao empreendedorismo e à inovação social.

Apesar dos constrangimentos foram feitos todos os esforços para cumprimento dos critérios e atingidos resultados de aproximação para as taxas médias de compromisso a nível nacional, nomeadamente com a abertura de avisos nas várias tipologias de operações da medida 10 do PDR, abertura de avisos do +CO3SO emprego de e implementação de medidas de melhoria da qualidade de análise de pedidos de apoio, controlo administrativo de pedidos de pagamento e verificações físicas no local. O GAL ADERE2020 tem vindo a assistir a uma melhoria progressiva e estável nas taxas de compromisso no âmbito da implementação da EDL, mas sem a robustez que permita estimar uma execução plena e sem dificuldades, pelo que importa manter e reforçar a dinamização do território que permita a adesão de beneficiários e assim como para promover agora a execução dos projetos junto dos beneficiários.

DLBC Lagos Cidade 2020

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) LAGOS CIDADE 2020 visou “Criar dinâmicas de desenvolvimento social integrada e participada, que estabeleçam condições favoráveis e facilitadoras da inclusão económica e social da população, através de ações multidimensionais, da valorização e apropriação da identidade histórica e cultural da cidade de Lagos”.

O Grupo de Ação Local LAGOS CIDADE 2020 através da entidade gestora considerou que a estratégia preconizada para o território de intervenção, seria uma estratégia com potencial para contribuir para a revitalização da cidade em que se insere, nomeadamente para o conjunto dos bairros selecionados nesse âmbito. A EDL LAGOS CIDADE 2020 está centrada identidade cultural da cidade e na elevada riqueza e reconhecimento do seu património histórico e cultural tendo define como estratégica a reestruturação das atividades económicas em torno do património histórico e cultural, material e imaterial, de forma criativa e dinâmica. Com a implementação da EDL esperava-se e melhorar a atividade económica da cidade e, assim, revitalizar o seu tecido económico, promover o emprego e a inclusão social em torno dos seus valores patrimoniais, no sentido da melhoria do seu ambiente social.

As medidas que visam a operacionalização da EDL traduziram-se, neste período de programação, num “afunilamento” da estratégia, restringindo grandemente as possibilidades de enquadramento das intenções e ideias de projetos, centrando-se exclusivamente num sistema de incentivos (Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego) e não mobilizando as tipologias de ação de Empreendedorismo social, bem como a promoção de “33a33t-ups” sociais e o Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres (para além do apoio que o SI2E enquadra) e inovação e experimentação social.

DLBC Silves Cidade 2020

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) SILVES CIDADE 2020 visou “Promover a inclusão socioeconómica da população, principalmente dos grupos mais desfavorecidos, através da sua participação ativa e dos atores locais, tendo por base a valorização das atividades económicas em torno do património histórico cultural, material e imaterial, da cidade de Silves”.

Face ao diagnóstico elaborado aquando da sua génese, complementado pelos apontamentos que foram feitos também anteriormente, tanto a entidade gestora, como o GAL, creem que a estratégia de desenvolvimento local preconizada, mantém a sua

coerência face à conjuntura atual do território, encontrando-se alinhada com as tendências e dinâmicas socioeconómicas de Silves, assim como da região. A EDL SILVES CIDADE 2020 foca-se na identidade cultural da cidade e na riqueza e reconhecimento do seu património histórico e cultural e define como estratégica a reestruturação das atividades económicas em torno do património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves, de forma criativa e dinâmica. Espera-se melhorar a atividade económica da cidade e, assim, revitalizar o seu tecido económico, promover o emprego e a inclusão social em torno dos seus valores patrimoniais, no sentido da melhoria do seu ambiente social.

As medidas que visam a operacionalização da EDL traduziram-se, neste período de programação, num “afunilamento” da estratégia, restringindo grandemente as possibilidades de enquadramento das intenções e ideias de projetos, centrando-se exclusivamente num sistema de incentivos (Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego) e não mobilizando as tipologias de ação de Empreendedorismo social, bem como a promoção de “34al34t-ups” sociais e o Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres (para além do apoio que o SI2E enquadra) e inovação e experimentação social.

4.1.6. Governança – complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos

O presente documento introduz uma análise das questões que afetam o desempenho dos investimentos e a articulação entre as várias entidades envolvidas na execução e na concretização dos investimentos. Importa ainda deixar algumas pistas para reflexão sobre o papel das ADL, enquanto EG de futuros DLBC.

Em termos de balanço, e tendo em conta as várias avaliações intercalares elaboradas a nível nacional regista-se que o peso dos GAL em influenciar decisões na animação foi reduzido. Ora, sendo a capacidade de decisão diminuta, e com os instrumentos de respostas às estratégias já pré-definidas, a única margem e capacidade de implementação dos GAL foi baseada nos critérios de seleção dessas mesmas medidas. A coordenação dos GAL da Associação Vicentina identificou também que se encontra amplamente evidenciada e registada a prevalência de uma abordagem “top-down”, e não uma abordagem ascendente (bottom-up). Como consequência desacredita-se a capacidade de decisão local, saindo as parcerias fragilizadas. Sendo certo que a abordagem ascendente não deve ser necessariamente considerada oposta à abordagem descendente, mas deve ser suscetível de combinar e interagir entre ambas, com vista a alcançar melhores resultados globais, se a abordagem “bottom-up” é bloqueada por diretrizes várias, é elevado o risco de os atores locais (a parceria),

deixarem de se sentir parte nas dinâmicas locais, baixando o compromisso de liderança e participação na tomada de decisões, no que respeita à estratégia e à seleção das prioridades a prosseguir nas dinâmicas locais dos seus territórios. Também o estímulo a abordagens inovadoras para o desenvolvimento local, deverá ser mais incentivado, pois quanto maior for a autonomia por parte dos GAL e a flexibilidade para a tomada de decisões acerca das ações que considerem merecedores de apoio, melhores serão os resultados.

Relativamente ao balanço feito pela Equipa Técnica Local e a Coordenadora GAL, importa uma análise de vários fatores, sendo de destacar a difícil adaptabilidade dos indicadores à EDL, considerando que os indicadores dificilmente seriam “materializados” de acordo com a implementação das estratégias, uma vez que os indicadores de realizações e de resultados, não foram construídos enquanto instrumentos que permitiriam fazer a ligação com as estratégias – SI2E e +COESO. Estes foram exclusivamente para a criação de postos de trabalho, priorizando-se sobretudo os indicadores e não o cumprimento da Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas.

Ao nível da próxima fase de preparação na estruturação e a integração da abordagem LEADER/DLBC, verificando-se alguma tendência em lutar pelos princípios do Leader, a Vicentina considera que é importante essa tendência, mas que importa adequar os princípios Leader à atualidade e à evolução do território, existindo aspetos que podem destacar, tais como: reforçar as parcerias locais; implementar a complementaridade entre fundos e definir estratégias para os plurifundos que venham a apresentar flexibilidade para trabalhar nas várias vertentes nas estratégias setoriais. Refira-se ainda que a opção plurifunda, que consideramos positiva, não veio, no entanto, acrescentar o expetável ao instrumento DLBC e, pelo contrário, constituiu um obstáculo à implementação das EDL, introduzindo mais intervenientes no processo, mais burocracia e impossibilitando a complementaridade dos fundos disponíveis.

A transição da abordagem LEADER para o instrumento de base territorial Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), tem sido alvo uma avaliação profunda, quanto às questões e alterações que colocam em causa a eficiência e a eficácia do instrumento, nomeadamente no documento “Pacto Desenvolvimento Local 2030”, de julho de 2019: “O DLBC, na sua versão alargada aos diferentes fundos, revelou-se um instrumento com um modelo de governação complexo, com regulamentação inflexível e pouco atrativa para os atores locais, tendo-se verificado diferentes interpretações do instrumento, gerido por diferentes autoridades de gestão e de pagamento, com implicações negativas na implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local e, consequentemente, no empoderamento das comunidades e

no desenvolvimento e coesão dos territórios.” Ainda neste âmbito, e através do documento referido, elaborado pela Federação Minha Terra (FMT), os GAL têm vindo a apresentar propostas, de onde se destacam:

Ao nível político

- “O reforço do instrumento territorial DLBC pelo Estado Membro Portugal, incluindo-o nas negociações do Acordo de Parceria, garantindo que o mesmo se baseia em estratégias territoriais e de desenvolvimento local e na clara assunção dos sete princípios da Abordagem LEADER;
- “Que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para fazer corresponder as tipologias de intervenção às necessidades e especificidades territoriais” (...);
- A implementação das estratégias de desenvolvimento local através da mobilização integrada e coordenada dos Fundos a favor das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, e facilitando a sua execução, através da utilização de um «fundo principal».

Ao nível operacional

- Que o instrumento DLBC, seja suficientemente flexível, adaptável aos fenómenos emergentes, permitindo acomodar estratégias de desenvolvimento local diversas, construídas em função das necessidades e as especificidades das diferentes comunidades e dos respetivos territórios;
- Que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais, designadamente, a definição clara das responsabilidades de cada organismo interveniente, evitando redundâncias, reduzindo a burocracia, respeitando os princípios LEADER, e garantindo a gestão por um único órgão de coordenação;
- Que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para fazer corresponder as tipologias de intervenção às necessidades e especificidades territoriais e que as Estratégias de Desenvolvimento Local, sejam acompanhadas de um único manual de procedimentos e de um único sistema de informação contemplando todos os circuitos administrativos dos processos, de forma totalmente desmaterializada.

Para assegurar uma efetiva implementação das políticas regionais, nomeadamente no que refere a projetos de caráter supramunicipal, importa um compromisso sustentado num modelo de governança com liderança/coordenação estratégica, pelo que deverá

apostar-se em instrumentos que prevejam um modelo de governança a vários níveis, mas com carácter estratégico, a fim de ultrapassar obstáculos e bloqueios na execução de projetos estruturantes. Importa ainda aumentar o grau de participação dos GAL no quadro da definição das intervenções regionais e sub-regionais, mas sobretudo na decisão. Atrevemo-nos mesmo a apontar para uma necessária reforma do modelo de governança vigente; que garanta um elevado grau de coordenação entre os diversos atores e que, naturalmente, tenha em consideração todos os princípios fundamentais do desenvolvimento local e de uma gestão sustentável dos recursos. No âmbito das parcerias com os GAL Nacionais e a FMT, a Associação Vicentina mantém uma participação e acompanhamento próximo das orientações nacionais e dinâmicas regionais em todo o país. São ainda constantes as participações em reuniões, seminários, formações e outros eventos. A Estrutura Técnica Local (ETL) participa nas atividades desenvolvidas pela FMT no âmbito deste projeto, nomeadamente no que respeita a Metodologias e Instrumentos de Avaliação e Autoavaliação, no sentido de promover o processo de autoavaliação da execução das Estratégias de Desenvolvimento Local dos DLBC. É prática corrente a coordenadora do Adere 2020, e a ETL participarem nas Sessões de Trabalho para ponto da Situação e troca de Experiências DLBC. Enquanto Secretária da Direção da Federação a Associação Vicentina, participa ativamente nas atividades da Federação da Minha Terra, no âmbito das suas atribuições. A participação e presença em todas as reuniões e assembleias gerais, marcando ainda presença na Representação nas Comissões de Acompanhamento - Cresce Algarve 2020, e reuniões com a Autoridade de Gestão do PDR, com o IFAP e com o Ministério da Coesão. Ao nível do grau de participação dos GAL na decisão de opção e direção de financiamento dos projetos, preconiza-se um modelo de governança que venha a constituir-se como mecanismo de concertação de prioridades, mas também com uma aposta no princípio da simplificação, que determine a ponderação permanente dos requisitos processuais adotados, mas possa vir a diminuir os vários níveis de intermediação e de correção de eventuais complexidades desnecessárias. Não existindo uma convergência entre as medidas e os programas, faria sentido a existência de medidas específicas e outras opcionais, para cada GAL, tendo em conta que os territórios não são todos iguais. Por fim, importaria ainda, assegurar o aprofundamento das sinergias e complementaridade dos investimentos com outras políticas públicas e outras fontes de financiamento a que a Região possa ter acesso. Ao nível da região, importa destacar que os GAL têm sido sistematicamente convocados a manter uma participação ativa na definição das estratégias, existindo uma preocupação por parte da CCDR Algarve na auscultação dos GAL, de nível elevado, quando comparado com outras regiões. Verificando-se uma ligação e predisposição

fundamental, por parte da CDDR Algarve, no que à execução de projetos que contribuem para a afirmação Regional, sublinhando-se o projeto “Articular para Intervir” como um projeto estruturante para o futuro das parcerias 2030.

5. Estratégia Desenvolvimento Regional Algarve 2030

5.1. Principais Objetivos políticos/prioritários (OP) da estratégia, para a sub-região

Na estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, foi delineada uma estratégia envolvendo as dimensões socioeconómicas, com base em todas as dinâmicas territoriais (figura 5).

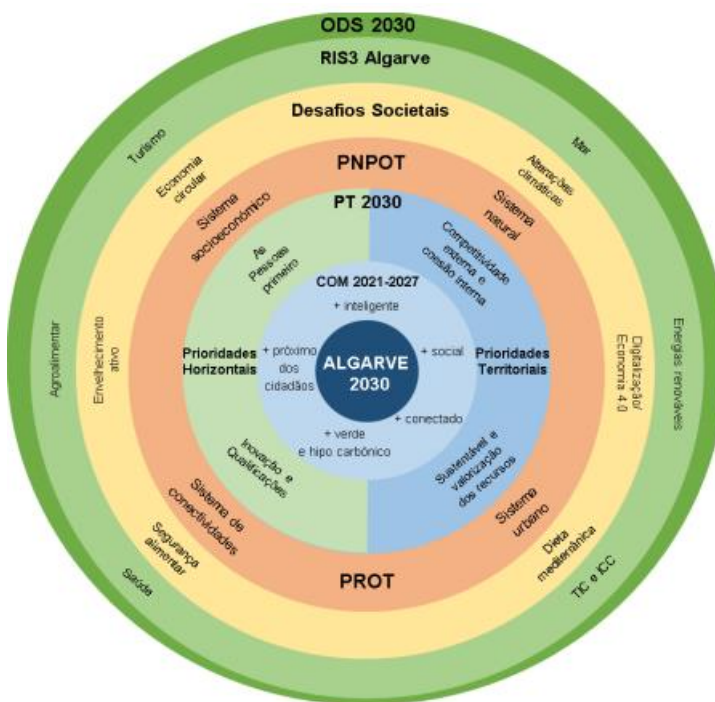


Figura 5 - Visão Estratégica Algarve 2030

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Regional “Algarve 2030” e de forma a responder às “linhas de força”, foram estabelecidos cinco objetivos prioritários /políticos estruturantes (OP) (Figura 6 a 10) – OP1: Um Algarve mais inteligente, OP2: Um Algarve mais verde e hipocarbónico, OP3: Um Algarve mais conectado, OP4: Um Algarve mais social e OP5: Um Algarve mais próximo das pessoas, sendo estes prioritários para o desenvolvimento sustentável da região, na próxima década.

OP1 : Um Algarve mais inteligente

Consolidar o ecossistema de inovação como fator de competitividade
Estimular a digitalização da economia em particular nos domínios de Especialização Inteligente (RIS3)
Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento e o tecido empresarial
Acelerar a transição de processos de produção de bens e serviços, numa lógica mais circular
Diversificar mercados para atenuar a dependência da balança comercial e turística
Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e pesca

Figura 6 – Objetivo Político 1: Um Algarve mais inteligente

OP2 : Um Algarve mais verde e hipocarbónico

Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética)
Aumentar a resiliência territorial, económica e social aos novos desafios climáticos
Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular
Ativar os territórios com proteção ambiental na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis
Potenciar a mobilidade suave através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros

Figura 7 – Objetivo Político 2: Um Algarve mais verde e hipocarbónico

OP3 : Um Algarve mais conectado

Promover a intermodalidade afirmando o potencial da região como eixo de articulação funcional
Reforçar a capacidade liderante em redes internacionais de infraestruturas e conhecimento
Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços

Figura 8 – Objetivo Político 3: Um Algarve mais conectado

OP4: Um Algarve mais social

Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região assimétrica
Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento
Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, por forma a reforçar as sinergias e complementaridades e alimentar as necessidades emergentes nos domínios RIS3
Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista a reversão da tendência demográfica negativa e a melhoria dos fatores de competitividade regional
Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida

Figura 9 – Objetivo Político 4: Um Algarve mais social

OP5 : Um Algarve mais próximo das pessoas

Consolidar o sistema urbano policêntrico para promoção da coesão territorial e inserção competitiva da região em escalas macro

Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado

Induzir práticas de inteligência territorial, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis e promotoras de produção local de conhecimento

Responder aos desafios sociais através de novas geografias, novos atores e novas abordagens de governança

Figura 10 – Objetivo Político 5: Um Algarve mais próximo das pessoas

5.2. A visão dos Stakeholders sobre a estratégia, para a sub-região

Tal como enunciado na metodologia e descrição das ações de auscultação realizadas, a Vicentina pretendeu abranger os cinco OP integrando as principais “linhas de força”, para o desenvolvimento da sub-região. Deste modo, a ação “Inquirição aos stakeholders”, estruturou-se de forma a apreender níveis de concordância e de potencial alinhamento com as expectativas e prioridades para a região e sub-região. A título conclusivo, as respostas obtidas foram demonstrativas da importância que os OP delineados podem significar para o desenvolvimento do território, nomeadamente tendo em conta a perspetiva de diversificação da atividade económica da região, que não sendo nova, assume cada vez mais uma elevadíssima unanimidade. No que refere à OP1, as linhas de força 1 e 4 não foram integradas por impossibilidade de tomar medidas corretivas atempadamente. No entanto, podemos considerar que o estudo não sai prejudicado, tendo em consideração a relevância das linhas de força constantes neste OP.

Na ação “Auscultação aos cidadãos/beneficiários”, a maioria dos inquiridos indicou, e uma vez mais, que a diversificação da atividade económica é a principal prioridade, para a próxima década, para o desenvolvimento da região, indo ao encontro do que foi assinalado pelos stakeholders.

6. Conclusão

O presente trabalho reveste-se de grande importância na medida em que se procura avaliar resultados que permitam desencadear um diagnóstico do TI, no sentido da construção da EDL do próximo período “Algarve 2030”. Além disso possibilitou avaliar a complementaridade e fazer um balanço da implementação das estratégias, a par de uma reflexão sobre o modelo de governança territorial. Desta análise conclui-se que fundamentalmente, é necessário trabalhar um próximo instrumento DLBC que venha a ser suficientemente flexível, adaptável, permitindo definir estratégias de desenvolvimento local diversas, a par de uma regulamentação com flexibilidade suficiente para fazer corresponder as tipologias de intervenção territoriais. Já no modelo de governação deverá ser introduzida uma definição mais clara das responsabilidades de cada organismo interveniente.

Para além dos aspetos referidos, o relatório é composto pelas ações de “Capacitação” e ações de “Revisitação”. No caso da componente “Capacitação” reporta para o estudo de benchmarking e oficina temática local, de onde se ressalta a importância da vertente da sensibilização e da capacitação das comunidades (Stakeholders, Cidadãos e beneficiários). No âmbito da “Revisitação” foram trabalhados diferentes níveis de análise, um de revisitação da estratégia 2014-2020 e outro de alinhamento futuro com a Estratégia “Algarve 2030”. O exercício de “Revisitação” teve por base dois questionários; um dirigido a cidadãos/beneficiários e outro dirigido aos stakeholders internos aos três GAL/DLBC geridos pela Associação Vicentina.

Como resultados da avaliação, regista-se a atualidade constante nas análises SWOT realizadas em candidaturas para os períodos 2014-2020, e a relevância das “linhas estratégicas” macro definidas para os TI.

Tudo isto assume relevância atendendo que se aproxima o período de transição do PDR e a preparação de estratégias para o período de programação para 2020-2027.

Da análise dos inquéritos aos cidadãos/ beneficiários verifica-se:

Foram obtidas 32 respostas, correspondendo os inquiridos a uma média de idades situada nos 45 anos e a maioria apresenta um nível de escolaridade de ensino superior. A esmagadora maioria dos beneficiários revela ter necessitado de apoio externo para elaboração da candidatura, expressando como “imprescindível” o apoio prestado na formalização da mesma e referiu encontrar-se “satisfeito” ou “ muito satisfeito” com o apoio técnico das ADL ou da autoridade de gestão. O apoio ao investimento foi determinante para a concretização da ideia de negócio, pois de outra forma a esmagadora maioria dos beneficiários teria realizado apenas parte do investimento ou mesmo desistido do projeto.

Em relação ao processo de candidatura, uma larga maioria considerou “razoável” a carga burocrática do mesmo, e indicou o investimento na sua atividade económica como ‘muito importante’. Em termos globais, os inquiridos consideraram o apoio prestado pela Vicentina “importante” e “muito importante”.

Quando questionados sobre ações de melhoria do processo, várias foram as sugestões apontadas pelos inquiridos, sendo elas: a necessidade de clarificar a linguagem, porque as maiores dificuldades prendem-se com a compreensão do tipo de terminologia utilizada na candidatura; a criação de um cronograma com as fases da candidatura e indicação de quem e quando contactar; um maior controlo da qualidade dos serviços fornecidos por parte das entidades consultoras; a simplificação dos processos de forma a que os projetos possam ser ponderados e projetados dentro dos tempos curtos dos concursos; um contacto mais próximo com as empresas e a realização de mais reuniões via online para esclarecer questões como as que foram realizadas.

No que definimos como a relação do investidor com o território, destacamos que praticamente todos os inquiridos consideraram que o seu projeto foi/é importante para a região/freguesia/concelho, sendo o contributo mais valorizado a “criação de postos de trabalho”. Em relação a voltar a investir no território, a maioria assinalou que pretende voltar a investir, sendo que as áreas de investimento que apresentam uma maior atração para os promotores são: o “Alojamento, Restauração e Similares”, a “Agricultura, Produção animal, Caça, Floresta e Pesca” e as “Atividades artísticas, de espetáculos, Desportivas e Recreativas”.

Destaca-se o facto de que mesmo durante a situação pandémica vivida, metade dos inquiridos assinalaram que mantiveram o investimento inicialmente pensado.

Quanto à perspetiva sobre oportunidades e desafios no desenvolvimento do Algarve, as respostas foram trabalhadas segundo uma análise de conteúdo que resultou em temáticas definidas em função do número de respostas dadas. Deste modo para os inquiridos as prioridades para o Algarve para a próxima década prendem-se sobretudo com a necessidade de diversificação económica na região, sendo este o tema indicado mais vezes. Verifica-se que a menção à necessidade de diversificação do tecido empresarial surge como alternativa sobretudo à predominância do sector do turismo.

Quanto à relação com as entidades do projeto, a esmagadora maioria tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela associação Vicentina e considera que a sua intervenção na dinamização do território é “Importante” ou “Muito Importante”.

Da análise dos inquéritos aos Stakeholders, no que à revisitação da estratégia 2014-2020 diz respeito verifica-se:

No caso do DLBC Adere 2020, de um modo geral, a “Oportunidade” “Reconhecimento da potencialidade do turismo de natureza por parte dos atores regionais” foi a mais valorizada.

Quanto às “Ameaças” elencadas, distribuem-se as mesmas por diferentes graus de relevância, com destaque para as seguintes: “Atuação das autoridades regionais focalizada nas atividades do turismo de sol e praia e no litoral”; “Pouca valorização do mercado pela produção biológica e de outros métodos” e “Falta de relacionamento entre os diferentes atores regionais”.

Quanto aos “Pontos fortes”, de uma maneira geral, mantêm os mesmos uma pertinência atual - mais de metade dos stakeholders atribuiu a pontuação mais elevada ao “Reconhecimento nacional da qualidade ambiental e paisagística da Costa Vicentina”; às “Condições favoráveis à produção de energias renováveis”; à “Autenticidade e exclusividade de alguns produtos locais” e às “Excelentes condições climáticas e naturais para as atividades de turismo de natureza e desportivas”. Nos “Ponto fracos” destacou-se a “Elevada taxa de desemprego, principalmente nos meses de Inverno”, como um dos principais desafios do território.

No DLBC Silves Cidade 2020, a atualidade das “Oportunidades” é absolutamente mantida e na avaliação feita aos “Pontos Fortes”, a esmagadora maioria assinala como atual a relevância representativa do património histórico e cultural no território de intervenção.

Já as “Ameaças” mantêm uma ampla consensualidade, de onde sobressai o “Envelhecimento da população” e como “Ponto Fraco”, surge destacado a “Inexistência de incubadoras de empresas”.

No DLBC Lagos Cidade 2020, a atualidade das “Oportunidades” é igualmente mantida com “a pertinência da existência de estratégias para a dinamização histórico e cultural. Da avaliação feita aos “Pontos Fortes”, os stakeholders consideraram que são “importantes” e “muito importantes” com destaque, novamente, para o ponto forte “elevado e rico património histórico e cultural”.

Já nas “Ameaças” a “excessiva focalização por parte das decisoras no produto sol e praia” e a “pouca valorização do património classificado e imóveis de interesse patrimonial” foram as mais apontadas.

O “Ponto fraco” considerado “mais preocupante” é a “atividade económica bastante influenciada pela sazonalidade, com consequências diretas sobre o emprego”.

No que concerne às linhas estratégicas projetadas atesta-se que estas continuam a manter um manifesto grau de relevância, com a maioria das respostas dos stakeholders

a concentrarem-se entre os graus mais elevados. No ADERE 2020 mantem-se a necessidade de continuar a investir em todas as linhas estratégicas. No LAGOS Cidade 2020 é atual a importância de apostar em estratégias direcionadas para o património histórico e cultural e também em combater questões sociais insistentes, como o abandono escolar e a fragilidade socioeconómica das famílias. No SILVES Cidade 2020, constata-se que a maioria dos inquiridos valorizou o aumento da atividade económica no centro histórico.

Relativamente aos cinco objetivos prioritário/político (OP) integrados no Alinhamento à Estratégia Algarve 2030, os stakeholders manifestam uma clara concordância na sua relevância:

Quanto ao objetivo prioritário/político 1 - Um algarve mais inteligente (OP1) as respostas obtidas coincidem com a visão deste objetivo político, sobretudo com a aposta na inovação e na digitalização do território, tornando-o mais inteligente. Os resultados salientam que se deve reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento, apostando na inovação e na digitalização.

No objetivo prioritário/político 2 - Um Algarve mais verde e hipocarbónico (OP2), é reforçada a importância de aumentar a resiliência territorial para os novos desafios climáticos, bem como a preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais e fomentar a economia circular. Sai mais robusta a necessidade de tornar o território mais sustentável e a criação de medidas de mitigação das alterações climáticas.

No objetivo prioritário/político 3 - Um algarve mais conectado (OP3), as respostas demonstraram um indiscutível consenso no aproveitamento do reconhecimento da marca Algarve para a inserção de escalas macro de mercados, assim como a política para a mobilidade e das TIC, de modo a fortalecer a atratividade do território, aumentando assim a conectividade com o exterior.

No objetivo prioritário/político 4 - Um algarve mais social (OP4) revelaram os inquiridos que é necessário apostar numa estratégia social no território, ancorada na melhoria das condições do mercado de trabalho e na proteção e inclusão social. Torna-se assim evidente a visão dos inquiridos sobre o mercado de trabalho e a necessária melhoria das condições de trabalho, como fatores de atratividade e qualidade de vida.

No objetivo prioritário/político 5 - OP Um algarve mais próximo das pessoas (OP5), o desenvolvimento sustentável e novas formas de governança do território de intervenção são questões relevantes, com as respostas a refletirem uma visão muito alinhada com a necessidade de valorização dos recursos endógenos.

Além dos cinco OP, outras orientações foram sugeridas, sobretudo com chamadas de atenção que se ligam à questão da regionalização; a melhoria das vias de comunicação entre o Algarve Central e os concelhos da periferia, especialmente com os da Costa

Vicentina e o reforço duma maior coesão territorial. As respostas obtidas foram demonstrativas da importância dos OP para o desenvolvimento do território, nomeadamente no que refere à diversificação da atividade económica da região. O mesmo acontece na ação “Auscultação aos cidadãos/beneficiários”, em que a maioria indicou, uma vez mais, que a diversificação da atividade económica deve ser a principal prioridade para o desenvolvimento da região na próxima década.

Como balanço final da implementação da estratégia dos três DLBC, retira-se sobretudo a ideia de que todas mantêm uma atualidade alinhada com os pressupostos que estiveram na sua génese.

Em termos conclusivos, considera-se que o projeto Articular para Intervir é uma excelente oportunidade para promover a participação das comunidades na perceção e construção das estratégias que irão definir as futuras dinâmicas locais. Isto porque, consideremos que fica comprovado que as pessoas e as organizações estão disponíveis para participar na definição das políticas de desenvolvimento, desde que sejamos capazes de encontrar as formas de as envolver.

7. Anexos

Anexo 1: Apresentação da ADL (missão e objetivos)

VICENTINA – MISSÃO E OBJETIVOS

A Vicentina é uma associação sem fins lucrativos que tem por objeto o desenvolvimento local sustentável e participado e a melhoria das condições sociais, culturais e materiais das comunidades e áreas abrangidas.

A Vicentina, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, desde há 26 anos a esta parte que dinamiza a sua atividade com enquadramento em medidas emanadas das políticas públicas de desenvolvimento regional, procurando mobilizar recursos, oportunidades e práticas de desenvolvimento, por forma a contribuir para a melhoria das condições económicas, sociais e culturais das comunidades onde intervém.

O seu trabalho assenta numa equipa multidisciplinar de técnicos com formação de base que se complementam e procuram responder às diversas áreas de que a intervenção em desenvolvimento local exige.

É uma entidade formadora acreditada em várias áreas, desde o turismo de natureza até às tecnologias de informação ou desenvolvimento pessoal e social, tendo executado diversos projetos formativos que permitiram a qualificação e certificação de jovens e adultos, bem como a criação e desenvolvimento de várias empresas.

Agregando uma larga experiência na área da intervenção social e comunitária enquanto entidade executora e promotora de diversos projetos que permitiram o conhecimento dos desafios à inclusão social, a Vicentina continua a desenvolver uma ação sólida junto da população socialmente vulnerável, abarcando uma elevada amplitude da população. Neste âmbito, é entidade promotora do CAFc (Centro de Apoio à Família e à Comunidade de Monchique), onde disponibiliza apoio às famílias no âmbito de informação e orientação psicossocial, entrega e recolha de bens, apoio no âmbito do emprego e formação (através dos GIP – Gabinetes de Inserção Profissional), bem como desenvolve uma intervenção preventiva junto das crianças em idade escolar do concelho de Monchique, através de um rastreio de desenvolvimento psicomotor.

Paralelamente, a Vicentina tem assento no NLI – Núcleo de Inserção Social de Monchique, onde colabora com o tecido institucional e social no desenho e implementação de respostas de apoio à população beneficiária do RSI – Rendimento Social de Inserção, bem como se encontra integrada nos CLAS – Conselhos de Ação Local de Ação Social (Monchique, Lagos, Vila do Bispo e Aljezur), através dos quais

contribui para a Rede Social na conceção e execução de ações com vista à atenuação de linhas críticas de pobreza e à capacitação das famílias.

Desde o início da sua atividade, a Vicentina concebeu, geriu e/ou participou na elaboração e execução de programas e projetos de desenvolvimento local que representam uma carteira de investimento global de vários milhões de euros no âmbito dos sucessivos quadros comunitários.

A visão da Vicentina é estabelecer-se como organização de referência junto da população, organismos e entidades locais, regionais e nacionais, na dinamização e implementação de estratégias, iniciativas e projetos para a valorização socioeconómica dos recursos naturais, ambientais e patrimoniais do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sua população.

Para fazer face à visão estabelecida, foi planeada uma estratégia estruturada nas seguintes medidas:

- Organização aberta e com atividade assente em parcerias;
- Atividade em itinerância como garantia de proximidade;
- Conhecimentos e competências em atualização constante;
- Dinamizar iniciativas e projetos inovadores e participados;
- Parceira de referência para organizações públicas e privadas;
- Atividades e iniciativas concebidas e implementadas com inspiração nos ODS;
- Maximizar metas, resultados e impactos, para a melhoria das condições de vida da população.

Anexo 2 – Características do Território de Intervenção - DLBC ADERE 2020

Concelho	Freguesias	População	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Aljezur	Aljezur	3365	S	S
	Bordeira	432	S	S
	Odeceixe	961	S	S
	Rogil	1126	S	S
Lagos	União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João	2425	S	N
	Luz	3545	S	S
	Odiáxere	2984	S	S
Monchique	Alferce	441	S	N
	Marmeleite	787	S	N
	Monchique	4817	S	N
Portimão	Alvor	6154	S	S
	Mexilhoeira Grande	4029	S	N
Silves	União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	4972	S	S
	União de Freguesias de Algoz e Tunes	6491	S	N
	Silves	11014	N	N
Vila do Bispo	Barão de São Miguel	451	S	N
	Budens	1520	S	S
	Sagres	1909	S	S
	União de Freguesias de Vila do Bispo e Raposeira	1378	S	S

Anexo 3: Quadro de Complementaridade EIDT -- ADERE 2020

MEDIDAS		Convergência e Complementaridade com a EIDT ALGARVE		Tipologias de Projetos
		Prioridade Estratégica	Objetivo Específico	
1.1.1	Apoiar ações de pequenos investimentos que visem aumentar a produtividade e competitividade das explorações agrícolas, florestais e/ou pecuárias e que contribuam para a consecução da estratégia.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C1 -- Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através de estratégias participativas e de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microssistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais.	Medidas de combate à desertificação
1.2.1	Apoiar iniciativas empresariais que visem a comercialização e/ou distribuição dos produtos agrícolas, agroalimentares, florestais e pecuários, nomeadamente através dos circuitos curtos e mercados de proximidade, que contribuam para a execução da estratégia definida.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos e a Requalificação de espaços comunitários com o objetivo de ancorar o desenvolvimento da economia dos recursos endógenos.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C1 -- Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através de estratégias participativas e de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microssistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais.	Medidas de combate à desertificação
1.3.1	Apoiar investimentos que visem aumentar a produtividade e competitividade das unidades de transformação agroalimentares, e que contribuam para a consecução da estratégia.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C1 -- Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através de estratégias participativas e de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microssistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais.	Medidas de combate à desertificação
1.4.1	Apoiar ações que visem a diversificação das atividades económicas desenvolvidas nas explorações agrícolas e que contribuam para a EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Empreendedorismo local inovador associado a atividades tradicionais, artesanato e outros recursos endógenos.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Desenvolvimento de novos produtos

		A -- Diversificar a Base económica da região	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Desenvolvimento de novos produtos no âmbito das estratégias de desenvolvimento local que potenciem um maior conhecimento e valorização económica dos recursos endógenos do território (nomeadamente no apoio às atividades turísticas nas zonas rurais). Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais.
1.5.1	Apoiar novas Iniciativas empresariais promovidas por desempregados visando a criação do próprio emprego, em torno da economia rural e que contribuam para a EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais. / Apoio a programas de apoio ao empreendedorismo e à criação de próprio emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Apoio a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do próprio emprego para desempregados.
1.6.1	Apoiar ações de dinamização da bolsa nacional de terra junto de empreendedores rurais.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Desenvolvimento de novos produtos; Campanha de promoção dos recursos endógenos.
1.7.1	Incentivar o desenvolvimento de iniciativas empresariais relacionadas com os modos de produção agrícolas sustentáveis ou	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Desenvolvimento de novos produtos; Campanha de promoção dos recursos endógenos.
	Baseadas em variedades autóctones, nomeadamente: agricultura biológica, produção integrada, etc.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Empreendedorismo local inovador associado a atividades tradicionais, artesanato e outros recursos endógenos. / Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição.
1.8.1	Apoiar as ações de promoção dos produtos locais de qualidade e que contribuam para a EDL.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Campanha de promoção dos recursos endógenos.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C1 -- Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através de estratégias participativas e de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes micro-sistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais.	Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.
2.1.1	Apoiar programas de incentivo ao empreendedorismo para a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente por parte	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de

	de desempregados e jovens à procura do primeiro emprego, que contribuam para a consecução da EDL.			iniciativas empresariais. / Apoio a programas de apoio ao empreendedorismo e à criação de próprio emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego.
2.2.1	Apoiar iniciativas de criação do próprio emprego ou empresa, por desempregado ou inativo, que tenham por base a valorização dos recursos endógenos e que contribuam para a execução da EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais. / Apoio a programas de apoio ao empreendedorismo e à criação de próprio emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego.
2.3.1	Apoiar ações de valorização de pequenos aglomerados urbanos no meio rural e de renovação de aldeias, que contribuam para a EDL.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C1 -- Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através de estratégias participativas e de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microssistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais.	Medidas de combate à desertificação
2.4.1	Apoiar ações de inovação e empreendedorismo social que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
2.5.1	Promover a articulação entre as entidades do 3.º sector com vista a colmatar as necessidades de respostas sociais no território.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Apoio ao empreendedorismo cooperativo; Apoio a serviços e respostas sociais de proximidade.
2.5.2	Apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de projetos de caráter material e imaterial do 3.º sector, que contribuam para a execução da EDL.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Apoio ao empreendedorismo cooperativo; Apoio a serviços e respostas sociais de proximidade.
		F -- Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governança	F4 -- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC.	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de atores institucionais.
2.6.1	Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que tenham por base a valorização dos recursos endógenos que contribuam para a execução da EDL.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores.

2.7.1	Apoiar ações de empreendedorismo social destinados à população jovem em risco de abandono escolar, em torno da valorização dos recursos endógenos, artesanato e economia verde.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
3.1.1	Apoiar a criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais em atividades emergentes e/ou inovadoras, com base na valorização dos recursos endógenos que contribuam para a execução da EDL.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Desenvolvimento de novos produtos
3.2.1	Apoiar iniciativas que promovam a cooperação intersectorial no território, nomeadamente entre agricultura, agroalimentar, restauração e turismo.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos.
		F -- Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governança	F4 -- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC.	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de atores institucionais.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Campanha de promoção dos recursos endógenos.
3.3.1	Apoiar projetos de investimento que visem a incorporação de I&D no tecido empresarial, tendo por base os recursos endógenos e da economia verde, com vista à execução da EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região	A1 -- Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos	I&D em co-promoção orientada para as problemáticas de valorização económica de recursos endógenos nestes territórios.
3.4.1	Apoiar a criação e desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos de suporte às atividades empresariais e/ou emergentes, bem como a capacitação dos seus beneficiários, no território e que contribuam para a execução EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Requalificação de espaços comunitários com o objetivo de ancorar o desenvolvimento da economia dos recursos endógenos; Estratégias de turismo rural.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais. B2 -- Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico e valorizar os recursos naturais.	Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais. Intervenções dos percursos de natureza que assegurem a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental.
4.1.1	Promover ações que visem a sensibilização, divulgação, disseminação e apropriação de boas práticas em torno dos valores naturais, culturais e patrimoniais do Território.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais	Estratégias de marketing territorial.
4.1.2	Dinamizar iniciativas de empreendedorismo social que contribuam para a mobilização, apropriação e compromisso dos residentes e visitantes, com os valores ambientais, patrimoniais e culturais do território.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
4.1.3	Apoiar a criação e desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos, bem como de ações de capacitação com vista à	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B4 -- Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades	Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais. Intervenções dos percursos de

	sensibilização dos residentes e visitantes sobre valores ambientais, patrimoniais e culturais do território.		tradicionais. B2 -- Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico e valorizar os recursos naturais.	natureza que assegurem a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental.
5.1.1	Promover ações de formação e qualificação que visem aumentar as competências técnicas e/ou de gestão, e que contribuam para a execução da EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação
5.1.2	Apoiar ações de consultoria técnica e de gestão aos empresários e produtores do território, que visem aumentar a competitividade e produtividade da sua atividade e contribuam para a consecução da EDL.	A -- Diversificar a Base económica da região.	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação
5.2.1	Dinamizar atividades que promovam o trabalho em rede, nomeadamente através de ações de benchmarking, estudos de casos, entre outros, que contribuam para a criação de uma cultura de cooperação no território.	F -- Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governança	F4 -- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC.	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de atores institucionais.
		A -- Diversificar a Base económica da região.	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos.

Anexo 4: Quadro de Complementaridade EIDT -- LAGOS CIDADE 2020

MEDIDAS		Convergência e Complementaridade com a EIDT ALGARVE		Tipologias de Projeto
		Prioridade Estratégica	Objetivo Específico	
1.1.1	Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou empresa por desempregados ou inativos, que contribuam para a consecução da EDL.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial. A -- Diversificar a Base económica da região	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis. A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	A4 -- Apoio a desempregados de longa duração.
1.2.1	Desenvolver ações de apoio ao empreendedorismo para desempregados com vista à criação do posto de trabalho ou empresa e que contribuam para a consecução da EDL.			C2 -- Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis.
1.3.1	Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL.			C2 -- Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores.
1.4.1	Dinamizar a articulação entre os desempregados e os instrumentos de política ativa de emprego, através do gabinete de inserção profissional -- GIP.			C2 -- Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis.
2.1.1	Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolar ou promover a reinserção no sistema educativo/formativo.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Medidas de combate ao abandono escolar.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
2.1.2	Apoiar a constituição de respostas sociais à prevenção do insucesso e abandono escolar precoce.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Medidas de combate ao abandono escolar.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade.
2.2.1	Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL	A -- Diversificar a Base económica da região	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Programas de Apoio ao Empreendedorismo e criação do próprio Emprego para desempregados e jovens.

2.3.1	Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior.
3.1.1	Apoio de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
3.1.2	Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que promovam a empregabilidade e melhoria das condições de vida da população do território	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
3.1.3	Apoiar ações que visem a promoção do envelhecimento ativo e saudável das populações, em especial da 3.ª idade.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior.
3.2.1	Criação de respostas de apoio psicossocial que orientem as famílias multidesafiadas para os diferentes instrumentos de apoio existentes	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Respostas integradas de Apoio Social; Criação de uma rede local de intervenção social.
4.1.1	Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Lagos.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos. / Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
4.2.1	Promover ações destinadas aos jovens dos bairros do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.

4.3.1	Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Lagos.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para a utilização de atividades económicas geradoras de emprego.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos. / Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
5.1.1	Apoiar iniciativas empresariais e inovadoras que visem a requalificação e dinamização económica do centro histórico da cidade	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para a utilização de atividades económicas geradoras de emprego.
5.1.2	Apoiar iniciativas que visem a implementação do plano de reabilitação urbana do centro histórico da cidade	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para a utilização de atividades económicas geradoras de emprego.
6.1.1	Apoiar ações de formação para ativos nas diversas componentes do turismo cultural e do património.	A -- Diversificar a Base económica da região	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
6.1.2	Ações que visem a capacitação dos agentes locais relacionadas com a dinamização do património histórico e cultural e com o turismo cultural, que contribuam para a execução da EDL.	F--Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governança.	F4 -- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC	Projetos Inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais.
6.1.3	Incentivar ações de sensibilização, promoção e valorização do património, junto da população residente na cidade de Lagos.	A -- Diversificar a Base económica da região	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.

Anexo 5: Quadro de Complementaridade EIDT -- SILVES CIDADE 2020

MEDIDAS		Convergência e Complementaridade com a EIDT ALGARVE		Tipologias de Projeto
		Prioridade Estratégica	Objetivo Específico	
1.1.1	Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou criação de empresa por desempregado ou inativo, que contribua para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial. A -- Diversificar a Base económica da região	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis. A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	A4 -- Apoio a desempregados de longa duração.
1.2.1	Apoiar iniciativas desenvolvidas por desempregados, que visem a criação do próprio emprego ou empresa e que contribuam para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves.			C2 -- Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis.
1.3.1	Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL.			C2 -- Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores.
1.4.1	Dinamizar a articulação entre os desempregados e os instrumentos de política ativa de emprego, através do gabinete de inserção profissional -- GIP.			C2 -- Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis
1.5.1	Desenvolver ações de apoio ao empreendedorismo relacionadas com o património histórico cultural de cidade de Silves.	A -- Diversificar a Base económica da região	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Programas de Apoio ao Empreendedorismo e criação do próprio Emprego.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico. / Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Operações integradas de regeneração de áreas urbanas.
2.1.1	Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolar ou promovam a reinserção no sistema educativo/formativo.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Medidas de combate ao abandono escolar.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos	Promoção de projetos de inovação social.

			modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	
2.1.2	Apoiar a constituição de respostas sociais à prevenção do insucesso e abandono escolar precoce.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C2 -- Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis.	Medidas de combate ao abandono escolar.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade.
2.2.1	Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL	A -- Diversificar a Base económica da região	A3 -- Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural.	Programas de Apoio ao Empreendedorismo e criação do próprio Emprego para desempregados e jovens.
2.3.1	Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior.
3.1.1	Apoiar de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
3.1.2	Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que promovam a empregabilidade e melhoria das condições de vida da população do território	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social.
3.1.3	Apoiar ações que visem a promoção do envelhecimento ativo e saudável das populações, em especial da 3.ª idade.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior.
3.2.1	Criação de respostas de apoio psicossocial que orientem as famílias para os diferentes instrumentos de apoio existentes	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C4 -- Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal	Respostas integradas de Apoio Social; Criação de uma rede local de intervenção social.

4.1.1	Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do patrimônio histórico e cultural da cidade de Silves.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos. / Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
		C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
4.2.1	Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico.	C -- Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento--chave da coesão social e territorial.	C3 -- Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão social	Promoção de projetos de inovação social
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
4.3.1	Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para a utilização de atividades económicas geradoras de emprego.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos. / Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
5.1.1	Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que contribuam para a dinamização criativa da cidade -- Silves, Smart and Slow.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico. / Desenvolvimento de programas de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos.
5.2.1	Apoiar iniciativas empresariais e inovadoras que visem a requalificação e dinamização económica do centro histórico da cidade.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para a utilização de atividades económicas geradoras de emprego.
5.3.1	Apoiar o desenvolvimento de um plano de reabilitação urbana do centro histórico da cidade.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Criação de programas de apoio à reabilitação urbana.

5.3.2	Apoiar a criação de ARU.	B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1 -- Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamento. Nos espaços e serviços urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística.	Criação de programas de apoio à reabilitação urbana.
6.1.1	Apoiar ações de formação para ativos nas diversas componentes do turismo cultural e do património.	A -- Diversificar a Base económica da região	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.
6.1.2	Ações que visem a capacitação dos agentes locais relacionadas com a dinamização do património histórico e cultural e com o turismo cultural, que contribuam para a execução da EDL.	F--Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governança.	F4 -- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC.	Projetos Inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais.
6.1.3	Incentivar ações de sensibilização, promoção e valorização do património, junto da população residente na cidade de Silves.	A -- Diversificar a Base económica da região	A4 -- Dotar os municípios e os territórios de baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.	Ações de formação.
		B -- Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B3 -- Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural.	Valorização e promoção de bens histórico-- culturais com elevado interesse turístico.

Anexo 6: Lista de cidadãos inquiridos

Lista de cidadãos inquiridos			
Número do inquérito	Nome da empresa ou organização	Nome	Email
55	Frutalgoz, Lda	Sílvia Neves	silvia.neves@frutalgoz.com
62	Município de Portimão	Arminda Duarte	arminda.duarte@cm-portimao.pt
78	Casa M Lagos Unipessoal Ida	veronique polaert	veronique@casa-mae.com
79	Alexandra Inácio dos Santos	Alexandra Inácio dos Santos	alxcris@hotmail.com
80	Meeting Oasis, Lda	Maria Cristina Almeida	geral.meetingoasis@gmail.com
90	Zennonline, comunicação e design Ida	Ricardo Martins	geral@zennonline.com
120	Município de Portimão	Arminda Duarte	arminda.duarte@cm-portimao.pt
124	ALGORITHM PLANET	Luís Centeno	centeno@gmail.com
125	Espiral de Vontades, Associação de Apoio a Desfavorecidos	Sem resposta	Sem resposta
126	Gest Point	Rui Rua	geral@gestpoint.pt
127	FRILAGOS UNIP LDA	José António Pereira Ramos	frilagos@gmail.pt
130	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
134	LAC - Laboratório de Catividades Criativas, Associação Cultural	Nuno Miguel Candeias Pereira	lac.associacaocultural@gmail.com
135	Jorge Fernandes Monteiro	Jorge Monteiro	jorgemfmonteiro@gmail.com
136	Hexadata, Ida	Fernando Augusto	technet@technet.pt
137	ENI - João Manuel Alves Marreiros	Ariadna Matyukhina	ariadna@blueseven.pt
138	urbanchallenges sports events Ida	gian luigi nieddu	urbanchallengesòlegalmail.it
139	Latitudes Boémias	José Miguel Reis	jmiguelr@sapo.pt
141	Ricardo e David Gonçalves Ida	Ricardo Gonçalves	ricardo@autovascodagama.pt
146	CERA	Wilson Alves Matias	wilsonalvesmatias@gmail.com
147	Silêncio místico	Francisco Gomes Simões	franciscosimoes.algarve@gmail.com
148	JAflip	Joao Gustavo Capato	gustavocapato@gmail.com
150	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
152	Melissa Duarte Ribeiro Jesus Morgado Rito	Melissa Rito	melissarito@gmail.com
153	Rita Neves	Rita Neves	rita.silvestre.neves@gmail.com
154	Sem resposta	Alexandra Coelho	xana.coelho@gmail.com
155	Horizonte Cremoso - Unipessoal, Lda	Sofia Alemão	slaura@sapo.pt
157	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
161	Dinis Bruno Rosa, Unipessoal, Lda	Dinis Rosa	dinis.bruno.rosa@gmail.com
174	FRILAGOS UNIP LDA	José António Pereira Ramos	frilagos@gmail.com
178	Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1º de Maio	Daniel Pires	danielpires1971@gmail.com
185	Luísa Sousa Santos, UNIP. LDA	Luísa Maria de Sousa Santos	luisasousasantos.s4u@gmail.com

Anexo 7– Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário)

Caracterização do/a Inquirido/a

4-Idade:

Idade	Respostas	%
< 30	3	9,4%
30 – 40	6	18,8%
40 – 50	18	56,3%
> 50 anos	5	15,6%
Total	32	100%

5- Género:

Género	Respostas	%
Feminino	16	50,00
Masculino	16	50,00
Total	32	100%

6- Escolaridade:

Escolaridade	Respostas	%
Não sabe ler ou 1.º ciclo incompleto	0	0
1.º ciclo	1	3,1%
2.º ciclo	0	0
3.º ciclo	0	0
Secundário	11	34,4%
Superior	20	62,5%
Total	32	100%

7- Município de residência:

Município de residência	Respostas	%
Aljezur	3	9,4%
Faro	2	6,3%
Freguesia/Concelho fora do Algarve	4	12,5%
Lagos	10	31,3%
Monchique	1	3,1%
Portimão	3	9,4%
Silves	6	18,8%
Vila do Bispo	2	6,3%
São Brás de Alportel	1	3,1%
Total	32	100,0%

Capítulo II. Relação com financiamentos comunitários:

8- Antes de 2014, candidatou-se a algum tipo de apoio ao investimento?

Candidatura a algum tipo de apoio	Respostas	%
Sim	5	15,6%
Não	27	84,4%
Total	32	100,0%

9- Teve alguma candidatura realizada antes de 2014?

Candidatura realizada	Respostas	%
Sim	5	15,6%
Não	27	84,4%
Total	32	100,0%

10. Quantas nº candidaturas apresentou no período de 2014-2020?

Candidaturas apresentadas	Respostas	%
0	1	3,1%
1	23	71,9%
2	3	9,4%
3	1	3,1%
5	1	3,1%
6	1	3,1%
36	1	3,1%
42	1	3,1%
Total	32	100,0%

11. Quantas candidaturas teve concluídas no período de 2014-2020?

Candidaturas concluídas	Respostas	%
0	18	56,3%
1	10	31,3%
2	3	9,4%
8	1	3,1%
Total	32	100,0%

12. Quantas candidaturas relativas ao período de 2014-2020 tem em implementação?

Candidaturas em implementação	Respostas	%
0	20	62,5%
1	10	31,3%
16	1	3,1%
23	1	3,1%
Total	32	100,0%

13. Município(s) de implantação do(s) projeto(s) realizado(s):

Município de Implementação do projeto	Respostas
Aljezur	4
Lagos	10
Monchique	1
Portimão	3
Silves	9
Vila do Bispo	2
Todos os concelhos	5
Total	34

14. Freguesia(s) de implantação do(s) projeto(s) realizado(s):

Freguesias de Implementação	Respostas
União de freguesias de Algoz e Tunes	2
São Gonçalo de Lagos	7
Silves	8
Alvor	2
Mexilhoeira Grande	5
Portimão	4
Odiáxere	3
Alferce	1
Marmeleiro	1
União de freguesias de Bensafim e Barão de São João	4
Luz	1
União de freguesias de Vila do Bispo e Raposeira	1
Aljezur	3
Odeceixe	1
Sagres	1
Monchique	2
Todas as Freguesias do Algarve	3
Total	50

15. Tipo de entidade beneficiária do financiamento:

Tipologia da Entidade	Respostas	%
Autarquia	2	6,3%
Empresa	17	53,1%
Empresário nome individual	9	28,1%
Organizações s/fins lucrativos	3	9,4%
Trabalhador independente	1	3,1%
Total	32	100,0%

16. Se empresa ou organização sem fins lucrativos, refira o número de trabalhadores a tempo inteiro (caso se aplique):

Nº de trabalhadores	Respostas
1	3
2	1
3	2
4	2
6	2
Total	10

17. Quais os programas aos quais apresentou candidaturas?

Programas	Respostas	%
DLBC Lagos	6	18,8%
DLBC Silves	3	9,4%
Gal Adere 2020	15	46,9%
PDR	7	21,9%
SI2E	1	3,1%
Total	32	100,0%

Capítulo III. Processo de escolha/ decisão em investir:

18. Como obteve informação sobre o apoio ao investimento?

Informação sobre o apoio	Respostas	%
Iniciativa própria	15	46,9%
Participação em sessão de divulgação	5	15,6%
Acesso a divulgação: site oficial, revistas, jornais	9	28,1%
Informação direta da equipa da entidade gestora do financiamento (por telefone, contacto direto, email)	15	46,9%
Outros meios	3	9,4%

Outros meios: Contabilista, ordem dos contabilistas certificados e amigos

19. Para a elaboração da sua candidatura ao investimento, necessitou de apoio externo?

Apoio externo	Respostas	%
Sim	24	75,0%
Não	8	25,0%
Total	32	100,0%

20. Indique a quais destes apoios externos recorreu:

Apoio externo	Respostas	%
Consultor/a	13	40,6%
Contabilista	9	28,1%
Apoio técnico (Associações de desenvolvimento local ou Autoridades de Gestão)	18	56,3%
Outro tipo de apoio externo	0	0,0%

21. Qual a sua opinião sobre o apoio prestado na formalização da candidatura?

Opinião sobre o apoio prestado	Respostas	%
Transmite segurança para a aprovação	9	28,1%
Permite ultrapassar o obstáculo de complexidade na resposta aos avisos dos financiadores	13	40,6%
É imprescindível para o procedimento das candidaturas	22	68,8%
Tem um custo elevado	0	0,0%
Não considero necessário	0	0,0%

22. Como classifica o grau de satisfação do serviço a que recorreu?

Grau satisfação	Consultor		Contabilista		Apoio técnico		Outro	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Insatisfeito	2	6,3%	1	3,1%	3	9,4%	0	0,0%
Nem satisfeito, nem insatisfeito	2	6,3%	2	6,3%	2	6,3%	2	6,3%
Satisfeito	4	12,5%	5	15,6%	6	18,7%	2	6,3%
Muito satisfeito	9	28,1%	8	25,0%	13	40,6%	1	3,1%
Não se aplica	15	46,8%	16	50,0%	8	25,0%	27	84,3 %
Total	32	100,0 %	32	100,0 %	32	100,0 %	32	100,0 %

23. Como seria a sua situação caso não tivesse feito recurso a esse serviço externo?

Situação	Respostas	%
Não teria realizado qualquer candidatura	14	43,8%
Teria tido sérias dificuldades, mas conseguiria fazê-la	12	37,5%
Não aplicável	6	18,8%
Total	32	100,0%

24. Desistiu de algum projeto/ candidatura?

Desistência	Respostas	%
Sim	5	15,6%
Não	27	84,4%
Total	32	100,0%

25. Se não tivesse recorrido a este apoio ao investimento, teria capacidade para investir?

Situação	Resposta	%
Depende de decisão do executivo	2	6,3%
Devido ao Covid 19 teria de adiar o projeto	1	3,1%
O investimento foi efetuado à mesma pois o apoio não foi concedido	1	3,1%
Realizaria à mesma o investimento	1	3,1%
Realizaria apenas uma parte do investimento	13	40,6%
Teria desistido do investimento	13	40,6%
Outra	1	3,1%
Total	32	100,0%

Outra: Não aplicável

Capítulo IV. Relação com o processo:

26. Considerou o processo de candidatura burocrático?

Processo de candidatura	Respostas	%
Nada	1	3,1%
Pouco	1	3,1%
Razoável	24	75,0%
Excessivo	6	18,8%
Total	32	100,0%

27. Considera as plataformas de candidatura e de acesso a pedidos de pagamento (Balcão 2020, IFAP e PDR) simples e de fácil acesso?

Plataforma – Balcão 2020		
Plataformas acessibilidade	Respostas	%
Sim	3	9,4%
Não	4	12,5%
Não fui eu que cedi à plataforma, pelo que não consigo ter opinião	11	34,4%
Não se aplica	14	43,8%
Total	32	100,0%
Plataforma – IFAP		
Plataformas acessibilidade	Respostas	%
Sim	2	6,3%
Não	3	9,4%
Não fui eu que cedi à plataforma, pelo que não consigo ter opinião	8	25,0%
Não se aplica	19	59,4%
Total	32	100,0%
Plataforma – PDR		
Plataformas acessibilidade	Respostas	%
Sim	3	9,4%
Não	4	12,5%
Não fui eu que cedi à plataforma, pelo que não consigo ter opinião	14	43,8%
Não se aplica	11	34,4%
Total	32	100,0%

28. O processo de aprovação da candidatura, foi:

Processo de aprovação	Respostas	%
Muito demorado	5	15,6%
Demorado	7	21,9%
Razoável	7	21,9%
Não tive candidaturas aprovadas	13	40,6%
Total	32	100,0%

29. A atribuição do financiamento, foi:

Atribuição do financiamento	Respostas	%
Muito demorado	2	6,3%
Demorado	4	12,5%
Razoável	7	21,9%
Não tive financiamento	19	59,4%
Total	32	100,0%

30. De modo a assegurar o financiamento do seu projeto, teve necessidade de reestruturá-lo antes da submissão da candidatura?

Necessidade de reestruturar o projeto	Respostas	%
Aguardo resposta à candidatura apresentada	1	3,1%
Modifiquei o projeto, mas não teve impacto no investimento inicialmente equacionado	3	9,4%
Não alterei o projeto inicial	11	34,4%
Necessidade de mudar datas	1	3,1%
Necessitei de realizar alterações no projeto, que implicaram a exclusão de parte do investimento inicial	4	12,5%
Não se aplica	12	37,5%
Total	32	100,0%

31. Após ter beneficiado de financiamento, já realizou mais investimento, na sua empresa/exploração:

Se realizou investimento, após financiamento	Respostas	%
Sim	10	31,3%
Não	2	6,3%
Não beneficieei de financiamento	20	62,5%
Total	32	100,0%

32. Avalie o grau de importância do investimento na sua atividade económica:

Importância do investimento na atividade económica	Respostas	%
Nada importante	0	0
Pouco importante	1	3,1%
Importante	9	28,1%
Muito importante	22	68,8%
Total	32	100 %

33. Como classifica o apoio, em termos globais, dos seguintes intervenientes:

Classificação dos Intervenientes	In Loco		ATBG		Vicentina		CCDR	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Nada importante	1	3,1%	0	0,0%	1	3,1%	1	3,1%
Pouco importante	1	3,1%	1	3,1%	1	3,1%	0	0,0%
Importante	1	3,1%	1	3,1%	11	34,4%	5	15,6%
Muito importante	1	3,1%	1	3,1%	16	50,0%	10	31,3%
Não recorri a esta organização	28	87,5%	29	90,6%	3	9,4%	16	50,0%
Total	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%

34. Como avalia a importância do apoio técnico para ultrapassar dificuldades sentidas?

Classificação dos Intervenientes	In Loco		ATBG		Vicentina		CCDR	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Nada importante	1	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	3,1%
Pouco importante	1	3,1%	1	3,1%	2	6,3%	1	3,1%
Importante	0	0,0%	0	0,0%	9	28,1%	2	6,3%
Muito importante	1	3,1%	1	3,1%	17	53,1%	11	34,4%
Não recorri a esta organização	29	90,6%	30	93,8%	4	12,5%	17	53,1%
Total	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%

35. Foi garantida uma resposta atempada às questões colocadas?

Classificação dos Intervenientes	In Loco		ATBG		Vicentina		CCDR	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Nunca	1	3,1%	0	0,0%	1	3,1%	1	3,1%
Às vezes	0	0,0%	0	0,0%	2	6,3%	0	0,0%
Nunca	0	0,0%	0	0,0%	5	15,6%	1	3,1%
Sempre	2	6,3%	1	3,1%	21	65,6%	12	37,5%
Não recorri a esta organização	29	90,6%	31	96,9%	3	9,4%	18	56,3%
Total	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%

36. Refira o que poderia ser feito por parte destas organizações para melhorar o acesso aos apoios ao investimento?

Formas de melhorar o acesso aos apoios ao investimento
Emails should be sent to the empresas when a new apoio is available for the sector with contacts of persons in charge that we can 70a/ email for support if need be. Decision makers should be doing site visits, and meet the people applying so they can better understand the projects, mais acompanhamento & due diligence
1- Clarificar a linguagem porque das maiores dificuldades é a compreensão do tipo de terminologia utilizada na candidatura 2- criar um Cronograma simples com as fases da candidatura e quem e quando contactar.
Simplificar os processos de forma que os projetos possam ser ponderados e projetados dentro dos tempos curtos dos concursos
Mais apoio na candidatura, evitando erros
A minha candidatura ainda foi deferida, não tenho opinião formada.
Um contacto mais próximo com as empresas
Cumprir com os prazos estipulados para divulgação dos resultados ou; manter os candidatos informados relativamente às datas previstas para divulgação dos mesmos.
Mais divulgação
Maior divulgação e (caso se aplique) um maior controlo da qualidade dos serviços das entidades consultoras, que na minha opinião têm bastante falta de competência e profissionalismo
Obter resposta aos email e telefonemas
seja menos burocrático
Realizar mais reuniões via online para esclarecer questões como as que foram realizadas
Mais divulgação
1. melhorar o guião das candidaturas, pouco claro/confuso para algumas perguntas; 2. Simplificar a plataforma online; 3. Simplificar as perguntas (muitas repetem-se entre a plataforma e os documentos excel e o processo torna-se confuso); 4. Eliminar os ficheiros em excel
Cumprir datas de resposta, acompanhar os candidatos após a submissão da candidatura até á resposta,
Por exemplo, a realização de um webinar com esclarecimentos sobre os apoios, nomeadamente a explicar o preenchimento dos formulários das candidaturas.
Resposta mais célere
Visitarem as Empresa e mais divulgação
Maior divulgação dos mesmos
Acompanhamento do projeto, Sugestões

Capítulo V. Relação do Investidor com o Território:

37. Considera que o seu projeto/ investimento foi/é importante para a região/freguesia/concelho:

Valorização do projeto	Respostas	%
Sim	31	96,9%
Não	1	3,1%
Total	32	100,0%

38. Assinale o tipo de contributo do projeto:

Contributo do projeto	Respostas	%
Criação de postos de trabalho	16	50,0%
Produção de bens e de serviços inexistentes	2	6,3%
Produção de bens e serviços a custos mais acessíveis	1	3,1%
Reforço da economia local	10	31,3%
Outra	2	6,3%
Sem resposta	1	3,1%
Total	32	100,0%

Outra: “50+ postos de trabalho e reabilitação da ruína em um hotel 5*” e “*investigação sobre uma praga nos citrinos”.

39. Pretende voltar a investir no território?

Voltar a investir no território	Respostas	%
Sim	22	68,8%
Ainda não sei	10	31,3%
Não	0	0,0%
Total	32	100,0%

40. Indique em que área(s) pretende investir no território:

Áreas de investimento	Respostas	%
A- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9	28,1%
B – Indústrias Extrativas	0	0,0%
C – Indústrias Transformadoras	1	3,1%
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	6,3%
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	1	6,3%
F – Construção	3	9,4%
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3	9,4%
H – Transportes e armazenagem	0	0,0%
I – Alojamento, restauração e similares	10	31,3%
J – Atividades de informação e de comunicação	5	15,6%
K – Atividades financeiras e de seguros	0	0,0%
L – Atividades Imobiliárias	3	9,4%
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2	6,3%
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	6,3%
O – Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	2	6,3%
P – Educação	2	6,3%
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	4	12,5%
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	8	25,0%
S – Outras atividades de serviços	5	15,6%
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	1	3,1%
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	0	0,0%

41. O atual contexto de pandemia conduziu:

Contexto atual-Pandemia	Respostas	%
À manutenção do investimento inicialmente pensado	16	50,0%
À diminuição do investimento inicialmente pensado	6	18,8%
À desistência de investimentos	3	9,4%
A investimentos alternativos	5	15,6%
À alteração de processos de trabalho	7	21,9%
À introdução de novas tecnologias	4	12,5%
À redução de postos de trabalho	5	15,6%
Ao equacionamento do fim da atividade	2	6,3%
Outros	3	9,4%

Outros: “Ao adiamento de alguns investimentos previstos, e aos quais era fundamental ter o apoio deste projecto”; “Ao equacionamento do fim da atividade, continuar a atividade como tal” e “depende da aprovação ou não do projeto apresentado”

42. O que acha que o Estado ou as autarquias podem fazer para minimizar os impactos desta pandemia?

Medidas do Estado/Autarquias para minimizar impactos da pandemia	Respostas	%
Apoio ao emprego	28	87,5%
Incentivos fiscais	15	46,9%
Facilitação nas linhas de crédito	13	40,6%
Novas medidas de apoio ao investimento	24	75,0%
Outras medidas	1	3,1%

Outras medidas: Melhor comunicação

Capítulo VI. Oportunidades e desafios no desenvolvimento do Algarve:

43. Refira quais são, para si, as prioridades para o Algarve, para a próxima década?

Prioridades para o Algarve, para a próxima década	Temas
Resolução do problema da falta de água	Água
Turismo, Mar, Agroalimentar e Energias Renováveis	Turismo, Mar, Agroalimentar e energias renováveis
Invest in quality & sustainable tourism, and develop offering for low season (art & creation, well being, digital nomads)	Turismo, Sazonalidade, cultura, saúde, digitalização
Melhorar o relacionamento com todas as zonas da região para que o interior e o litoral sejam entendidos como um todo territorial coeso.	Coesão
Melhoria das infraestruturas base para deixar de ser uma “região de veraneio”	Infraestruturas
Apostar na autossuficiência em termos de serviços e produção. Diversificação da aposta no investimento em termos de nichos de mercado, abrindo portas a outros ramos de negócio sem ser ligados diretamente ao turismo	Diversificação económica

Turismo, Ambiente e Saúde	Turismo, ambiente e saúde
Diversificação do tecido empresarial. Criação de hubs tecnológicos que possam atrair investimento externo.	Diversificação económica, digitalização
Emprego e Apoio Social	Social
Trabalhar em alternativas ao Turismo, Atrair investimentos de Outros Setores, Cria Benefícios ao Investimento e fiscais, Aumentar e melhorar as Qualificações das Pessoas.	Diversificação económica, social, políticas de coesão
Desenvolvimento de indústria que não dependa tanto do Turismo	Diversificação económica
Melhorias para a saúde da população	Saúde
Apostar na cultura enquanto recurso endógeno p o desenvolvimento da Região	Cultura
Diversificação das atividades económicas e potenciar o setor primário na produção de elevada qualidade e/ou produtos exclusivos do Algarve; melhor gestão de recursos hídricos e energéticos; maior proteção dos recursos e reservas naturais existentes	Diversificação económica
Apoio à criação, manutenção e crescimento de empresas que sejam uma alternativa à rede empresarial ligada ao turismo de sol e praia em particular e ao turismo em geral, aumentando assim a empregabilidade durante todo o ano e aumento da riqueza regional.	Diversificação económica
Diversificação da base económica	Diversificação económica
Zonas exclusivas de Habitação com um custo acessível, interditas a turismo, para que haja condições de fixação de mão-de-obra	Habitação
Organização, desenvolvimento e alojamento para trabalhadores.	Emprego/ condições de trabalho
Investimento nas transições energética e digital; Melhoramento das infraestruturas e serviços públicos principalmente ligados aos setores da saúde e transportes; Priorizar projetos agrícolas sustentáveis; Preservação da fauna, flora e ecossistemas.	Energias alternativas, digitalização, infraestruturas ligadas à saúde e mobilidade, agricultura, ambiente
Colocar em prática um produto turístico combinado entre sol/mar e rural. Dar o devido valor à oferta turística existente no interior, ajudar e dinamizar está oferta muitas vezes aquela que é gerida por pessoas locais por pequenos empreendedores que dinamizam a economia local autêntica, ao contrário do que o que acontece com as grandes cadeias turísticas nas zonas costeiras.	Diversificação económica, turismo,
Apoios para trabalhadores independentes, facilidade de obtenção de linhas de crédito para todos	Emprego/ condições salariais
Diversificação das atividades económicas	Diversificação económica
Valorização do interior; capacitação dos jovens para áreas que não sejam apenas o Turismo	Diversificação económica, social, políticas de coesão
1. divulgar eficazmente o produto Algarve; 2. Diversificar a oferta, face ao produto “sol e mar”; 3. Criar incentivos para a fixação dos jovens no território; 4. Criar regras que protejam mais o património e o ambiente, evitando a sua descaracterização; 5. Criar mais incentivos para a agricultura das espécies autóctone em prol de espécies tropicais; 6. Limitar a construção de campos de golf	Marketing territorial, Diversificação económica, Social, Ambiente, Agricultura,
Investir na criação de pequenas e médias empresas para apoiar o desenvolvimento económico da região, apoiar e investir também no turismo. Criar possibilidades de emprego e formação.	Diversificação económica, turismo, emprego
Recuperação do sector do Turismo	Turismo

Diversificar serviços, para combater a falta de turismo.	Diversificação económica
Procurar atividades que não dependam tanto do turismo	Diversificação económica
Maior investimento na cultura	Cultura
Turismo; Agricultura	Turismo, agricultura
Começar a dar prioridade aos produtos locais	Diversidade económica

Capítulo VII. Relação com as entidades do projeto:

44. Conhece o trabalho desenvolvido pelas seguintes entidades?

Classificação dos Intervenientes	In Loco		ATBG		Vicentina		CCDR	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Sim	12	37,5%	4	12,5%	28	87,5%	19	59,4%
Não	19	59,4%	27	84,4%	3	9,4%	12	37,5%
Em branco	1	3,1%	1	3,1%	1	3,1%	1	3,1%
Total	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%	32	100,0%

45. Qual o papel de cada uma destas organizações na dinamização do Território:

Classificação dos Intervenientes	In Loco		ATBG		Vicentina		CCDR	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Nada importante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Pouco importante	0	0,0%	0	0,0%	1	3,1%	0	0,0%
Importante	5	15,6%	2	6,3%	10	31,3%	5	15,6%
Muito importante	8	25,0%	5	15,6%	19	59,4%	18	56,3%
Não sabe	18	56,3%	24	75,0%	1	3,1%	8	25,0%
Sem resposta	1	3,1%	1	3,1%	1	3,1%	1	3,1%
Total	32	100%	32	100%	32	100%	32	100%

Anexo 8: Inquérito correspondente a cada Stakeholder

		Inquéritos Lançados		
Designação	Sede Social	ADERE 2020	SILVES CIDADE 2020	LAGOS CIDADE 2020
ICNF	Lisboa	X		
Município de Aljezur	Aljezur	X		
Município de Lagos	Lagos	X		X
Município de Monchique	Monchique	X		
Município de Portimão	Portimão	X		
Município de Silves	Silves	X	X	
Município de Vila do Bispo	Vila do Bispo	X		
Município de Lagoa	Lagoa	X		
Direção Regional de Cultura do Algarve	Faro	X	X	X
Delegação Regional do Algarve do Instituto do Emprego e Formação Profissional	Faro	X	X	X
Região de Turismo do Algarve	Faro	X	X	X
ACRAL - Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve	Faro	X	X	X
Agência de Desenvolvimento do Barlavento - Associação	Portimão	X		
Amigos dos Pequenos	Silves	X	X	
Associação de Artesãos do Barlavento	Lagos	X	X	X
ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	Loulé	X		
Associação de Defesa do Património Histórico e Arquitetónico de Aljezur	Aljezur	X		
Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão	Silves	X		
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor	Odiáxere	X		
Associação dos Produtores de Batata-Doce de Aljezur	Rogil	X		
Associação dos Produtores de Medronho do Barlavento Algarvio	Monchique	X		
Casa da Criança do Rogil - Associação para a Promoção Social, Cultural e Desportiva de Infância do Rogil	Rogil	X		
Casas Brancas - Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina	Odemira	X		
Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Lagos	X		X
Centro Paroquial de Mexilhoeira Grande	Mexilhoeira Grande	X		
Estrela Desportiva de Bensafrim	Bensafrim	X		
Federação de Caçadores do Algarve	Tavira	X		
Laboratório de Atividades Criativas	Lagos	X		X
NECI - Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo	Luz	X		X
Rota Vicentina - Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina	Odemira	X		
Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha	Alcantarilha	X		
Santa Casa da Misericórdia de Lagos	Lagos	X		X
Santa Casa da Misericórdia de Silves	Silves	X	X	
Sociedade Filarmónica Silvense	Silves	X	X	
VIVER SERRA - Associação para a Proteção e o Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio	Silves	X		
COOPACHIQUE CRL - Cooperativa Agrícola do Concelho de Monchique	Monchique	X		
Aldeia da Pedralva, SA	Vila do Bispo	X		

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio	São Teotónio	X		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves	Silves	X	X	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve	Moncarapacho	X		X
Instituto Piaget - Campus Académico de Silves	Silves	X	X	
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	Portimão	X		
Centro de Ciência Viva de Lagos	Lagos	X		X
Universidade do Algarve / Centro Regional para Inovação do Algarve	Faro	X	X	X
Junta de Freguesia da Luz	Lagos	X		
Junta de Freguesia de Alferce	Monchique	X		
Junta de Freguesia de Aljezur	Aljezur	X		
Junta de Freguesia de Alvor	Portimão	X		
Junta de Freguesia de Barão de São Miguel	Vila do Bispo	X		
Junta de Freguesia de Bensafrim e Barão de São João	Lagos	X		
Junta de Freguesia de Bordeira	Aljezur	X		
Junta de Freguesia de Budens	Vila do Bispo	X		
Junta de Freguesia de Marmeleiro	Monchique	X		
Junta de Freguesia de Mexilhoeira Grande	Portimão	X		
Junta de Freguesia de Monchique	Monchique	X		
Junta de Freguesia de Odeceixe	Aljezur	X		
Junta de Freguesia de Odiáxere	Lagos	X		
Junta de Freguesia de Rogil	Aljezur	X		
Junta de Freguesia de Sagres	Vila do Bispo	X		
Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos	Lagos			X
Junta de Freguesia de Silves	Silves	X	X	
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	Silves	X		
União de Freguesias de Algoz e Tunes	Silves	X		
União de Freguesias de Vila do Bispo e Raposeira	Vila do Bispo	X		
Junta de Freguesia de Porches	Lagoa	X		
Junta de Freguesia de Ferragudo	Lagoa	X		
União de Freguesias de Estômbar e Parchal	Lagoa	X		
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Lagoa	X		
Espiral de Vontades - Associação de Apoio a Desfavorecidos	Monchique	X		
AlgarChurra	Faro	X		
Casa do Povo de Alferce	Monchique	X		
Centro de Dia de Marmeleiro	Monchique	X		
Santa Casa da Misericórdia de Monchique	Monchique	X		
ISS, IP. - Instituto de Segurança Social	Monchique	X		
Centro de Saúde de Monchique	Monchique	X		
Crédito Agrícola de Monchique	Monchique	X		

Anexo 9 - Inquirição aos Stakeholders – inquéritos respondidos

Inquéritos Stakeholders		
ADERE 2020	Silves Cidade 2020	Lagos Cidade 2020
Associação de Artesão do Barlavento	Universidade do Algarve - TEC START	Associação de Artesão do Barlavento
Município de Portimão	Caixa Agrícola de Silves	Universidade do Algarve TEC START
Universidade do Algarve – TEC START	Município de Silves	Município de Lagos
Município de Aljezur	Santa Casa de Misericórdia de Silves	Região do Turismo do Algarve
Direção Regional Da Cultura	Região do Turismo do Algarve	Junta de freguesia de São Gonçalo de Lagos
Município de Silves	Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento	Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento
Município de Lagos	Amigos dos Pequenininos	Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos
Laboratório de Atividades Criativas	Associação de Artesãos do Barlavento	Laboratório de Atividades Criativas
Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	Instituto Piaget CRL	Direção Regional da Cultura
Santa Casa de Misericórdia de Silves	Direção Regional da Cultura	
Região do Turismo do Algarve		
Caixa Agrícola de Silves		
Federação de Caçadores do Algarve		
Junta de Freguesia de Alvor		
Junta de Freguesia de Bordeira		
Centro de dia de Marmeleite		
Junta de freguesia de Barão de São Miguel		
Agência de Desenvolvimento do Barlavento – Associação		
Município de Vila do Bispo		
Aldeia da Pedralva		
Município de Monchique		
Associação Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur		
Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Messines		
Casa do Povo de Alferce		
Junta de Freguesia do Rogil		
Junta de Freguesia de Odeceixe		
Casa da Criança do Rogil		
Junta de Freguesia de Monchique		
Freguesia de Budens		
Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha		

Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos		
Algarchurra		
Junta de Freguesia da Luz		
Junta de Freguesia de Odiáxere		
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor		
Instituto Piaget CRL		
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes		
Amigos dos Pequenininos		
Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento		
Município de Lagoa		
Associação de Regantes e Beneficiários de Silves Lagoa e Portimão		

Anexo 10- Inquirição aos Stakeholders - DLBC Adere 2020

Participantes do Inquérito DLBC ADERE 2020
Associação de Artesão do Barlavento
Município de Portimão
Universidade do Algarve – TEC START
Município de Aljezur
Direção Regional Da Cultura
Município de Silves
Município de Lagos
Laboratório de Atividades Criativas
Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
Santa Casa de Misericórdia de Silves
Região do Turismo do Algarve
Caixa Agrícola de Silves
Federação de Caçadores do Algarve
Junta de Freguesia de Alvor
Junta de Freguesia de Bordeira
Centro de dia de Marmeleiro
Junta de freguesia de Barão de São Miguel
Agência de Desenvolvimento do Barlavento – Associação
Município de Vila do Bispo
Aldeia da Pedralva
Município de Monchique
Associação Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur
Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Messines
Casa do Povo de Alferce
Junta de Freguesia do Rogil
Junta de Freguesia de Odeceixe
Casa da Criança do Rogil
Junta de Freguesia de Monchique
Freguesia de Budens
Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha
Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos
Algarchurra
Junta de Freguesia da Luz
Junta de Freguesia de Odiáxere
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Instituto Piaget CRL
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Amigos dos Pequenos
Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento
Município de Lagoa
Associação de Regantes e Beneficiários de Silves Lagoa e Portimão

Oportunidades

1 – Ascensão de uma cultura de promoção e comercialização através de circuitos curtos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0%
2	0	0%
3	5	12,2%
4	22	53,7%
5	14	34,1%

2- Valorização generalizada do turismo de natureza nos mercados internacionais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0%
2	0	0%
3	1	2,4%
4	16	39,0%
5	24	58,5%

3- Reconhecimento da potencialidade do turismo de natureza por parte dos atores regionais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0%
2	0	0%
3	3	7,3%
4	8	19,5%
5	30	73,2%

4-Reconhecimento internacional da hospitalidade e segurança do território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0%
2	0	0%
3	3	7,0%
4	12	29,3%
5	26	63,4%

5- Legislação florestal que obriga à complementaridade entre culturas em explorações florestais dominadas pelas monoculturas:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	4	9,8%
4	19	46,3%
5	17	41,5%

6-Aumento da procura turística no território, especialmente da Costa Vicentina:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	2	4,9%
4	19	46,3%
5	19	46,3%

7- Promoção na implementação de boas práticas na produção de produtos agrícolas:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	14	34,1%
5	27	65,9%

Ameaças

1-Atuação das autoridades regionais focalizada nas atividades do turismo de Sol e Praia e no litoral:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	14	34,1%
4	19	46,3%
5	7	17,1%

2- Estratégias pouco vocacionadas para a correção dos desequilíbrios económicos, sociais e populacionais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	8	19,5%
4	20	48,8%
5	12	29,3%

3-Pouca valorização do mercado pela produção biológica e de outros métodos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	2	4,9%
3	14	34,1%
4	19	46,3%
5	6	14,6%

4- Pouca iniciativa de promoção do território como destino de turismo de natureza:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	2	4,9%
3	6	14,6%
4	22	53,7%
5	10	24,4%

5-Aumento descontrolado do número de autocaravanas em todo o território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	2	4,9%
2	0	0,0%
3	3	7,3%
4	10	24,4%
5	26	63,4%

6-Falta de relacionamento entre os diferentes atores regionais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	13	31,7%
4	13	31,7%
5	14	34,1%

7-Complexidade legislativa e burocrática no território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	7	17,1%
4	15	36,6%
5	18	43,9%

8-Elevado risco de incêndio agravado pela ausência de uma estratégia de ordenamento florestal:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	3	7,3%
3	1	2,4%
4	12	29,3%
5	24	58,5%

Pontos Fortes

1- Capacidade de atração de empreendedores para atividades agrícolas e de turismo no espaço rural e de natureza:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	6	14,6%
4	21	51,2%
5	14	34,1%

2- Diversidade paisagística e de atividades:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	18	43,9%
5	18	43,9%

3- Considerável parte do território sob estatutos de proteção territorial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	8	19,5%
4	21	51,2%
5	11	26,8%

4-Consenso local sobre o potencial valor acrescentado de um território de elevado valor natural e ambiental:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	7,3%
4	27	65,9%
5	11	26,8%

5- Reconhecimento nacional da qualidade ambiental e paisagística da Costa Vicentina:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	14	34,1%
5	26	63,4%

6-Existência de novas empresas de sucesso, com capacidade de visão e ambição empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	17	41,5%
5	19	46,3%

7-Condições favoráveis à produção de energias renováveis:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	12	29,3%
5	27	65,9%

8-Autenticidade e exclusividade de alguns produtos locais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	16	39,0%
5	24	58,5%

9-Aumento significativo das unidades de produção e transformação licenciadas:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	20	48,8%
5	16	39,0%

10-Excelentes condições climáticas e naturais para as atividades de turismo de natureza e desportivas:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	14	34,1%
5	26	63,4%

Pontos Fracos

1- Fraca capacidade de influência do território junto dos poderes regional e nacional:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	8	19,5%
4	13	31,7%
5	18	43,9%

2-Ausência de uma estratégia conjunta do tecido empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	5	12,2%
4	21	51,2%
5	13	31,7%

3-Desequilíbrios da dinâmica populacional dentro do território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	22	53,7%
5	10	24,4%

4-Baixa adesão à oferta formativa na área agrícola:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	21	51,2%
5	11	26,8%

5-Elevada taxa de desemprego, principalmente nos meses de inverno:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	11	26,8%
5	29	70,7%

6-Fraca capacidade associativa:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	23	56,1%
5	9	22,0%

7-Inexistência de redes de distribuidores eficazes e eficientes para os circuitos curtos e longos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	23	56,1%
5	9	22,0%

8-Sazonalidade da atividade turística:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	0	0,0%
4	21	51,2%
5	18	43,9%

9-Extensa área de monocultura de eucaliptos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	5	12,2%
4	18	43,9%
5	16	39,0%

10-Rede de agentes locais com fraca dinâmica:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	25	61,0%
5	7	17,1%

11-Falta de iniciativas empresariais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	9	22,0%
4	20	48,8%
5	11	26,8%

12-Mobilidade lenta, difícil e fragmentada:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	0	0,0%
3	6	14,6%
4	21	51,2%
5	13	31,7%

13-Dificuldade de acesso às fontes de informação:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	13	31,7%
4	20	48,8%
5	6	14,6%

14-Modelo de governação regional desadequado:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	1	2,4%
2	1	2,4%
3	11	27,0%
4	14	34,1%
5	14	34,1%

Linhas estratégicas

1-Aumentar o número de atores locais que adote, divulgue e promova comportamentos conducentes à valorização do património natural histórico e cultural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	4	9,8%
4	23	56,1%
5	14	34,1%

2-Aumentar as competências empresariais e técnicas dos produtores agrícolas, agroalimentar, florestais e pecuários:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	23	56,1%
5	16	39,0%

3-Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas, agroalimentares, florestais e pecuárias:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	22	53,7%
5	17	41,5%

4-Melhorar as condições económicas e sociais da população do território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	29	70,7%
5	12	29,3%

5-Incentivar o desenvolvimento do tecido empresarial do território:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	17	41,5%
5	23	56,1%

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

- 1- Estimular a digitalização da economia, em particular nos domínios de Especialização Inteligente (especialização científica, tecnológica e económica), conhecida como estratégia RIS3:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	1	2,4%
3	3	7,3%
4	19	46,3%
5	18	43,9%

- 2-Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento (professores, cientistas, investigadores, etc) e o tecido empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	7,3%
4	18	43,9%
5	21	51,2%

- 3-Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	13	31,7%
5	27	65,9%

- 4-Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e da pesca:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	16	39,0%
5	24	58,5%

OP2 – Um Algarve mais verde e hipocarbónico

1-Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	15	36,6%
5	24	58,5%

2-Aumentar a resiliência (capacidade do território de adaptar-se e responder a mudanças) territorial, económica e social aos novos desafios climáticos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	14	34,1%
5	25	61,0%

3-Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a economia circular (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	13	31,7%
5	28	68,3%

4-Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	19	46,3%
5	20	48,8%

5-Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	17	41,5%
5	19	46,3%

OP3 – Um algarve mais conectado

1-Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	16	39,0%
5	20	48,8%

2-Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	19	46,3%
5	22	53,7%

3-Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	8	19,5%
5	33	80,5%

OP4 – Um Algarve mais social

1- Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	7,3%
4	24	58,5%
5	14	34,1%

2- Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia) da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	17	41,5%
5	22	53,7%

3- Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	23	56,1%
5	16	39,0%

4- Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	13	31,7%
5	26	63,4%

5-Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	19	46,3%
5	21	51,2%

OP5 – Um Algarve mais próximo das pessoas

1-Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	8	19,5%
4	22	53,7%
5	11	26,8%

2-Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	2,4%
4	16	39,0%
5	24	58,5%

3-Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	4,9%
4	21	51,2%
5	18	43,9%

4-Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	5	12,2%
4	21	51,2%
5	15	36,6%

Anexo 11- Inquirição aos Stakeholders - DLBC Silves Cidade 2020

Participantes do Inquérito DLBC Silves Cidade 2020	
Universidade do Algarve -TEC START	
Caixa Agrícola de Silves	
Município de Silves	
Santa Casa de Misericórdia de Silves	
Região do Turismo do Algarve	
Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento	
Amigos dos Pequenos	
Associação de Artesãos do Barlavento	
Instituto Piaget CRL	
Direção Regional da Cultura	

Oportunidades

1-Reconhecimento da importância de relacionar os diferentes setores de atividade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	5	50,0%
5	4	40,0%

2-Existência de infraestruturas, visão estratégica e disponibilidade para auxiliar na criação/instalação de pequenas empresas e a criação de postos de trabalho:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	60,0%
5	6	40,0%

3-Reconhecimento da importância da valorização do património material e imaterial associado a novas iniciativas empresariais:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

Ameaças

1-Saída da população jovem da cidade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	3	30,0%
5	60	60,0%

2-Inadequação da rede de transportes públicos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

3-Elevada carga fiscal associada à atividade empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	6	60,0%
5	3	30,0%

4-Envelhecimento da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	40,0%
5	6	60,0%

Pontos fortes

1-Existência de uma grande rede associativa:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	4	40,0%
5	5	50,0%

2-Existência de um plano estratégico para a cultura, património e turismo:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	4	40,0%
5	5	50,0%

3-Cidade integrada nos circuitos “obrigatórios” de visitação para os turistas

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	40,0%
5	6	60,0%

4-Herança histórica islâmica imaterial de elevado reconhecimento nacional e internacional:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	20,0%
5	8	80,0%

5-Riqueza, diversidade e reconhecimento do património histórico e cultural da cidade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	1	10,0%
5	9	90,0%

Pontos Fracos

1-Fragilidade do tecido empresarial do ponto de vista organizacional, económico e financeiro:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

2-Inexistência de incubadoras de empresas:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	30,0%
4	3	30,0%
5	4	40,0%

3-Fraca vitalidade económica na cidade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

4-Falta de informação organizada e serviços especializados de apoio aos empresários:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	6	60,0%
5	3	30,0%

5-Fraca apetência por parte da população residente para o empreendedorismo

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	8	80,0%
5	2	20,0%

Linhas estratégicas

1-Criar novas abordagens de desenvolvimento e dinamização do património histórico e cultural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	4	40,0%
5	5	50,0%

2-Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico e cultural da cidade de Silves:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

3-Aumentar a atividade económica no centro histórico e cultural da cidade de Silves:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	30,0%
5	7	70,0%

4-Aumentar a população residente em idade ativa na cidade de Silves:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	3	30,0%
5	6	60,0%

5-Aumentar o número de pessoas qualificadas em turismo cultural e do património:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	8	80,0%
5	2	20,0%

6-Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

- 1- Estimular a digitalização da economia, em particular nos domínios de Especialização Inteligente (especialização científica, tecnológica e económica), conhecida como estratégia RIS3:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

- 2-Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento (professores, cientistas, investigadores, etc) e o tecido empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	6	60,0%
5	4	40,0%

- 3-Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	5	50,0%
5	4	40,0%

- 4-Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e da pesca:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	6	60,0%
5	4	40,0%

OP2 – U

m Algarve mais verde e hipocarbónico

1-Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

2-Aumentar a resiliência (capacidade do território de adaptar-se e responder a mudanças) territorial, económica e social aos novos desafios climáticos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

3-Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a economia circular (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

4-Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	7	70,0%
5	3	30,0%

5-Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	6	60,0%
5	4	40,0%

OP3 – Um algarve mais conectado

1-Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	4	40,0%
5	5	50,0%

2-Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	6	60,0%
5	4	40,0%

3-Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	40,0%
5	6	60,0%

OP4 – Um Algarve mais social

1-Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	7	70,0%
5	3	30,0%

2-Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia) da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

3-Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	8	80,0%
5	2	20,0%

4-Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	50,0%
5	5	50,0%

5-Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	30,0%
5	7	70,0%

OP5- Um Algarve próximo das pessoas

1-Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	7	70,0%
5	2	20,0%

2-Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	5	50,0%
5	4	40,0%

3-Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	10,0%
4	6	60,0%
5	3	30,0%

4-Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	30,0%
4	4	40,0%
5	3	30,0%

Anexo 12- Inquirição aos Stakeholders - DLBC Lagos Cidade 2020

Participantes do inquérito DLBC Lagos Cidade 2020	
Associação de Artesão do Barlavento	
Universidade do Algarve TEC START	
Município de Lagos	
Região do Turismo do Algarve	
Junta de freguesia de São Gonçalo de Lagos	
Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento	
Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	
Laboratório de Atividades Criativas	
Direção Regional de Cultura	

Oportunidades

1-Reconhecimento pelos empresários da necessidade de estabelecer e definir estratégias conjuntas de atuação para combater a sazonalidade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

2-Proximidade ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,5%

3-Existência de um DLBC costeiro e rural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

4-Existência de estratégias para a dinamização histórico e cultural da cidade:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

Ameaças

1-Pouco conhecimento dos sistemas de apoio e financiamento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	2	22,2%
3	1	11,1%
4	3	33,3%
5	3	33,3%

2- Perda de identificação com o valor histórico e cultural da cidade por parte da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	33,3%
4	2	22,2%
5	4	44,4%

3-Pouca apetência para a procura de produtos culturais por parte da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	22,2%
4	4	44,4%
5	3	33,3%

4-Falta de aconselhamento e apoio a novos empreendedores:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	22,2%
4	2	22,2%
5	5	55,6%

5-Excessiva focalização por parte das entidades decisoras no produto sol e praia:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

6-Pouca valorização do património classificado e em imóveis de interesse patrimonial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

Pontos fortes

1-Elevado e rico património histórico e cultural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

2-Existência de uma boa rede de infraestruturas pública:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

3-Tendência de crescimento da população jovem:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

Pontos Fracos

1-Falta de promoção e informação concertada pelos diversos organismos sobre o património histórico e cultural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	22,2%
4	3	33,3%
5	4	44,4%

2-Relacionamento pouco eficaz entre o sistema de formação e o tecido empresarial local:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

3-Pouca qualificação e diversificação do comércio local:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	5	55,6%
5	3	33,3%

4-Atividade económica bastante influenciada pela sazonalidade, com consequências diretas sobre o emprego:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

5-Perda da centralidade do centro histórico:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	22,2%
4	3	33,3%
5	4	44,4%

6-Fraca complementaridade entre as atividades da cidade, meio rural e costeiro:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

Linhas estratégicas

1-Dinamização do património histórico e cultural:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

2-Aumentar o número de novos cidadãos que residem no centro histórico da cidade de Lagos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	5	55,6%
5	3	33,3%

3-Aumentar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

4-Promover a identificação da população com o valor patrimonial da cidade de Lagos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

5-Aumentar a atividade empresarial e comercial durante a época baixa:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

6-Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

7-Diminuir o número de famílias em situação de fragilidade socioeconómica e situações de risco, associadas ao desemprego:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

Estratégia de Desenvolvimento Regional – “Algarve 2030”

OP1 – Um algarve mais inteligente

1-Estimular a digitalização da economia, em particular nos domínios de Especialização Inteligente (especialização científica, tecnológica e económica), conhecida como estratégia RIS3:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

2-Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento (professores, cientistas, investigadores, etc) e o tecido empresarial:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

3-Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

4-Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e da pesca:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

OP2 – Um Algarve mais verde e hipocarbónico

1-Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

2-Aumentar a resiliência (capacidade do território de adaptar-se e responder a mudanças) territorial, económica e social aos novos desafios climáticos:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

3-Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a economia circular (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem):

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

4-Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

5-Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	7	77,8%
5	2	22,2%

OP3- Um Algarve mais conectado

1-Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	2	22,2%
4	3	33,3%
5	4	44,4%

2-Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

3-Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

OP4 – Um Algarve mais social

1- Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

2- Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia), da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	5	55,6%
5	4	44,4%

3-Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	4	44,4%
5	4	44,4%

4-Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	3	33,3%
5	6	66,7%

5-Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	2	22,2%
5	7	77,8%

OP5 – Um Algarve próximo das pessoas

1-Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	7	77,8%
5	2	22,2%

2-Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

3-Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	0	0,0%
4	4	44,4%
5	5	55,6%

4-Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança:

Grau de Relevância	Respostas	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	1	11,1%
4	6	66,7%
5	2	22,2%

Anexo 13: Auscultação aos stakeholders – Inquéritos

- DLBC Adere 2020;
- Silves Cidade 2020.
- Lagos Cidade 2020;

Projeto "Articular para Intervir" - Auscultação aos stakeholders - Adere 2020

O presente inquérito por questionário está a ser realizado no âmbito do projeto ARTICULAR PARA INTERVIR (3ª fase), um projeto que inclui ações para o desenvolvimento da estratégia da Região Algarve 2030 e que é promovido pela Comissão de Coordenação da Região Algarve (CCDR Algarve), em parceria com as três ADL da Região Algarve: Associação In Loco; Associação Terras do Baixo Guadiana e Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

Tem como objetivo a auscultação dos parceiros regionais, sub-regionais e locais, que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), a partir dos diagnósticos realizados e Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) em execução (2014-2020) para o Território de Intervenção (TI), no qual os Stakeholders identificaram os pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades (Análise Swot) do território, sendo reconhecidos os aspetos mais importantes e prementes.

Assim, de forma a realizar a revisão de estratégias, pretende-se que os Stakeholders avaliem agora os pontos essenciais, de modo a avaliar as dinâmicas territoriais e a sua perceção e contributos para o futuro da região, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

O presente questionário é realizado a partir dos documentos:

- Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020 realizada em 2014;
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

Os destinatários são os Stakeholders/parceiros que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC:

- "Adere 2020";
- "Lagos Cidade 2020";
- "Silves Cidade 2020".

O questionário divide-se em duas partes:

- Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020
- Parte II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos prioritários

O tratamento dos dados deste questionário serve os propósitos apresentados previamente e é confidencial.

O fornecimento de dados que possa relacionar o questionário a si é da sua responsabilidade e, nesse caso, apenas deixa de ser anónimo para a equipa que vai tratar o questionário, porque em nenhum caso os seus dados serão fornecidos para o exterior a não ser de forma anonimizada.

O tempo médio de preenchimento deste questionário é de 15 minutos.

Para esclarecimento de dúvidas contacte: 282 680 120 / joao.soares@vicentina.org

*Obrigatório

Território de Intervenção - DLBC "Adere 2020"



DADOS DA ENTIDADE

1. Nome da entidade: *

2. Email: *

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC ADERE 2020

Atualmente, qual a relevância das Oportunidades elencadas?

3. Ascensão de uma cultura de promoção e comercialização através de circuitos curtos: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

12. Pouca valorização do mercado pela produção biológica e de outros métodos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

13. Pouca iniciativa de promoção do território como destino de turismo de natureza: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

14. Aumento descontrolado do número de autocaravanas em todo o território: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

15. Falta de relacionamento entre os diferentes atores regionais: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

16. Complexidade legislativa e burocrática no território: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

17. Elevado risco de incêndio agravado pela ausência de uma estratégia de ordenamento florestal: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC ADERE 2020

Atualmente, qual a relevância dos Pontos Fortes elencados?

18. Capacidade de atração de empreendedores para atividades agrícolas e de turismo no espaço rural e de natureza: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

19. Diversidade paisagística e de atividades: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

20. Considerável parte do território sob estatutos de proteção territorial: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

21. Consenso local sobre o potencial valor acrescentado de um território de elevado valor natural e ambiental: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

22. Reconhecimento nacional da qualidade ambiental e paisagística da Costa Vicentina: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

23. Existência de novas empresas de sucesso, com capacidade de visão e ambição empresarial: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

24. Condições favoráveis à produção de energias renováveis: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

25. Autenticidade e exclusividade de alguns produtos locais: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

26. Aumento significativo das unidades de produção e transformação licenciadas: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

27. Excelentes condições climáticas e naturais para as atividades de turismo de natureza e desportivas: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC ADERE 2020

Atualmente, qual a relevância dos Pontos Fracos elencados?

28. Fraca capacidade de influência do território junto dos poderes regional e nacional: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupa

29. Ausência de uma estratégia conjunta do tecido empresarial: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

30. Desequilíbrios da dinâmica populacional dentro do território: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

31. Baixa adesão à oferta formativa na área agrícola: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

32. Elevada taxa de desemprego, principalmente nos meses de inverno: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

33. Fraca capacidade associativa: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

34. Inexistência de redes de distribuidores eficazes e eficientes para os circuitos curtos e longos: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

35. Sazonalidade da atividade turística: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

36. Extensa área de monocultura de eucaliptos: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

37. Rede de agentes locais com fraca dinâmica: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

38. Falta de iniciativas empresariais: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

39. Mobilidade lenta, difícil e fragmentada: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

40. Dificuldade de acesso às fontes de informação: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

41. Modelo de governação regional desadequado: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC ADERE 2020

Qual a relevância das linhas estratégias elencadas ?

42. Aumentar o número de atores locais que adote, divulgue e promova comportamentos conducentes à valorização do património natural histórico e cultural: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

43. Aumentar as competências empresariais e técnicas dos produtores agrícolas, agroalimentar, florestais e pecuários: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

44. Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas, agroalimentares, florestais e pecuárias: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

45. Melhorar as condições económicas e sociais da população do território: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

46. Incentivar o desenvolvimento do tecido empresarial do território: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

47. Estimular a digitalização da economia, em particular nos domínios de Especialização Inteligente (especialização científica, tecnológica e económica), conhecida como estratégia RIS3: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

48. Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento (professores, cientistas, investigadores, etc) e o tecido empresarial: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

49. Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

50. Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e da pesca: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 -
Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritários 2 "Um Algarve mais verde e hipocarbónico"- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

51. Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética): *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

52. Aumentar a resiliência (capacidade do território de adaptar-se e responder a mudanças) territorial, económica e social aos novos desafios climáticos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

53. Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a economia circular (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem): *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

54. Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

55. Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

56. Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 -
Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 3 "Um Algarve mais conectado" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

57. Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

58. Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

59. Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 -
Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 4 "Um Algarve mais social" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

60. Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

61. Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia) da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

62. Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

63. Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

64. Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos político/prioritário

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 5 "Um Algarve mais próximo das pessoas" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

65. Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

66. Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

67. Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

68. Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

69. Além das linhas de força estabelecidas nos 5 OP (objetivos políticos/prioritários) que direcionam o desenvolvimento da região na próxima década, que outras apresentaria?

Projeto "Articular para Intervir" - Auscultação aos Stakeholders - DLBC Lagos Cidade 2020

O presente inquérito por questionário está a ser realizado no âmbito do projeto ARTICULAR PARA INTERVIR (3ª fase), um projeto que inclui ações para o desenvolvimento da estratégia da Região Algarve 2030 e que é promovido pela Comissão de Coordenação da Região Algarve (CCDR Algarve), em parceria com as três ADL da Região Algarve: Associação In Loco; Associação Terras do Baixo Guadiana e Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

Tem como objetivo a auscultação dos parceiros regionais, sub-regionais e locais, que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), a partir dos diagnósticos realizados e Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) em execução (2014-2020) para o Território de Intervenção (TI), no qual os Stakeholders identificaram os pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades (Análise Swot) do território, sendo reconhecidos os aspetos mais importantes e prementes.

Assim, de forma a realizar a revisitação de estratégias, pretende-se que os Stakeholders avaliem agora os pontos essenciais, de modo a avaliar as dinâmicas territoriais e a sua perceção e contributos para o futuro da região, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

O presente questionário é realizado a partir dos documentos:

- Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020 realizada em 2014;
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

Os destinatários são os Stakeholders/parceiros que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC:

- "Adere 2020";
- "Lagos Cidade 2020";
- "Silves Cidade 2020".

O questionário divide-se em duas partes:

- Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020
- Parte II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos prioritários

O tratamento dos dados deste questionário serve os propósitos apresentados previamente e é confidencial.

O fornecimento de dados que possa relacionar o questionário a si é da sua responsabilidade e, nesse caso, apenas deixa de ser anónimo para a equipa que vai tratar o questionário, porque em nenhum caso os seus dados serão fornecidos para o exterior a não ser de forma anonimizada.

O tempo médio de preenchimento deste questionário é de 15 minutos.

Para esclarecimento de dúvidas contacte: 282 680 120 / joao.soares@vicentina.org

*Obrigatório

Território de Intervenção - DLBC "Lagos Cidade 2020 "



DADOS DA ENTIDADE

1. Nome da entidade: *

2. Email: *

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância das Oportunidades elencadas?

3. Reconhecimento pelos empresários da necessidade de estabelecer e definir estratégias conjuntas de atuação para combater a sazonalidade: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

12. Pouca valorização do património classificado e em imóveis de interesse patrimonial: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância das Pontos Fortes elencadas?

13. Elevado e rico património histórico e cultural: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

14. Existência de uma boa rede de infraestruturas pública: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

15. Tendência de crescimento da população jovem: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Importante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância das Pontos Fracos elencadas?

16. Falta de promoção e informação concertada pelos diversos organismos sobre o património histórico e cultural: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

17. Relacionamento pouco eficaz entre o sistema de formação e o tecido empresarial local: *

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

18. Pouca qualificação e diversificação do comércio local: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nada Preocupante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Preocupante

19. Atividade económica bastante influenciada pela sazonalidade, com consequências diretas sobre o emprego: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

20. Perda da centralidade do centro histórico: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

21. Fraca complementaridade entre as atividades da cidade, meio rural e costeiro: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância das linhas estratégias elencadas ?

22. Dinamização do património histórico e cultural: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

23. Aumentar o número de novos cidadãos que residem no centro histórico da cidade de Lagos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

24. Aumentar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

25. Promover a identificação da população com o valor patrimonial da cidade de Lagos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

26. Aumentar a atividade empresarial e comercial durante a época baixa: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

27. Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

28. Diminuir o número de famílias em situação de fragilidade socioeconómica e situações de risco , associadas ao desemprego: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

37. Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

38. Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 3 "Um Algarve mais conectado" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

39. Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

40. Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

41. Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 4 "Um Algarve mais social" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

42. Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

43. Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia) da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

44. Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

45. Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

46. Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE
2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 5 "Um Algarve mais próximo das pessoas" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

47. Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

48. Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

49. Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

50. Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

51. Além das linhas de força estabelecidas nos 5 OP (objetivos políticos/prioritários) que direcionam o desenvolvimento da região na próxima década, que outras apresentaria?

Projeto "Articular para Intervir " - Auscultação aos stakeholders - Silves Cidade 2020

O presente inquérito por questionário está a ser realizado no âmbito do projeto ARTICULAR PARA INTERVIR (3ª fase), um projeto que inclui ações para o desenvolvimento da estratégia da Região Algarve 2030 e que é promovido pela Comissão de Coordenação da Região Algarve (CCDR Algarve), em parceria com as três ADL da Região Algarve: Associação In Loco; Associação Terras do Baixo Guadiana e Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

Tem como objetivo a auscultação dos parceiros regionais, sub-regionais e locais, que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), a partir dos diagnósticos realizados e Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) em execução (2014-2020) para o Território de Intervenção (TI), no qual os Stakeholders identificaram os pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades (Análise Swot) do território, sendo reconhecidos os aspetos mais importantes e prementes.

Assim, de forma a realizar a revisão de estratégias, pretende-se que os Stakeholders avaliem agora os pontos essenciais, de modo a avaliar as dinâmicas territoriais e a sua perceção e contributos para o futuro da região, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

O presente questionário é realizado a partir dos documentos:

- Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020 realizada em 2014;
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.

Os destinatários são os Stakeholders/parceiros que integram os GAL (Grupos de Ação Local) dos DLBC:

- "Adere 2020";
- "Lagos Cidade 2020";
- "Silves Cidade 2020".

O questionário divide-se em duas partes:

- Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC LAGOS CIDADE 2020
- Parte II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos prioritários

O tratamento dos dados deste questionário serve os propósitos apresentados previamente e é confidencial.

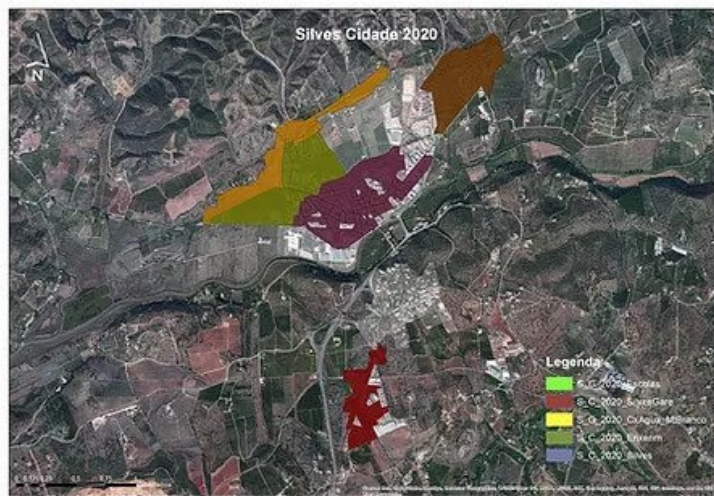
O fornecimento de dados que possa relacionar o questionário a si é da sua responsabilidade e, nesse caso, apenas deixa de ser anónimo para a equipa que vai tratar o questionário, porque em nenhum caso os seus dados serão fornecidos para o exterior a não ser de forma anonimizada.

O tempo médio de preenchimento deste questionário é de 15 minutos.

Para esclarecimento de dúvidas contacte: 282 680 120 / joao.soares@vicentina.org

***Obrigatório**

Território de Intervenção - DLBC "Silves Cidade 2020 "



DADOS DA ENTIDADE

1. Nome da entidade: *

2. Email: *

3. Reconhecimento da importância de relacionar os diferentes setores de atividade: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

4. Existência de infraestruturas, visão estratégica e disponibilidade para auxiliar na criação/instalação de pequenas empresas e a criação de postos de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

5. Reconhecimento da importância da valorização do património material e imaterial associado a novas iniciativas empresariais: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC SILVES CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância das Ameaças externas elencadas?

6. Saída da população jovem da cidade: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

7. Inadequação da rede de transportes públicos: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

8. Elevada carga fiscal associada à atividade empresarial: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

9. Envelhecimento da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC SILVES CIDADE 2020

Atualmente, qual a relevância dos Pontos Fortes elencados?

18. Falta de informação organizada e serviços especializados de apoio aos empresários: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

19. Fraca aptência por parte da população residente para o empreendedorismo: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Preocupante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Preocupante

Parte I: REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA - Análise Swot DLBC SILVES CIDADE 2020

Qual a relevância das linhas estratégias elencadas ?

20. Criar novas abordagens de desenvolvimento e dinamização do património histórico e cultural: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

21. Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico e cultural da cidade de Silves: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

22. Aumentar a atividade económica no centro histórico e cultural da cidade de Silves: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

23. Aumentar a população residente em idade ativa na cidade de Silves: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

24. Aumentar o número de pessoas qualificadas em turismo cultural e do património: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

25. Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

33. Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a economia circular (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem): *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

34. Identificar e diversificar novos mercados para reduzir a dependência da balança comercial e turística: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

35. Impulsionar a importância dos territórios com proteção ambiental (territórios inseridos na rede natura 2000, por exemplo) na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

36. Potenciar a mobilidade suave (por exemplo, andar a pé ou de bicicleta) através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 3 "Um Algarve mais conectado" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

37. Promover a intermodalidade (utilização de dois ou mais meios de transporte para deslocar-se) afirmando o potencial da região como um território conectado e sustentável: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

38. Reforçar a atração da região em redes internacionais de infraestruturas e de conhecimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

39. Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 4 "Um Algarve mais social" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

40. Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região com diferentes níveis de desenvolvimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

41. Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população de forma a acelerar a transição digital (novas formas de melhorar a produtividade e potenciando a inovação a partir da tecnologia) da economia e a formação da região no quadro da sociedade do conhecimento, permitindo o desenvolvimento pessoal e coletivo da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

42. Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, de forma a reforçar a cooperação e a colaboração entre as entidades: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

43. Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista o aumento da população e a melhoria dos fatores de competitividade regional: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

44. Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

Classifique as seguintes linhas de força do objetivo político/prioritário 5 "Um Algarve mais próximo das pessoas" - Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030:

45. Consolidar o sistema urbano policêntrico (reforço da importância do papel das cidades e das suas áreas de influência) para promoção da coesão territorial (valorização do território e da sua população) e inserção competitiva da região: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

46. Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

47. Induzir novas técnicas de gestão do território, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis com o intuito da promoção e valorização da população: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

48. Averiguar os desafios existentes na região com o foco na população, na valorização de novos lugares e em novas abordagens de governança: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Importante

PARTE II: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 - Objetivos políticos/prioritários

49. Além das linhas de força estabelecidas nos 5 OP (objetivos políticos/prioritários) que direcionam o desenvolvimento da região na próxima década, que outras apresentaria?



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários